

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/5/2011

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de convite da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para participar da audiência pública no dia 31/5/2011, em Montes Claros; e de decisão da presidência publicada no “Diário do Legislativo”, em 5/5/2011. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 885/2011, em turno único, cuja relatoria avocou para si. Neste momento, retira-se da reunião o Deputado Vanderlei Miranda. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes, Vanderlei Miranda, Marques Abreu, Tadeuzinho Leite, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perella em que solicitam sejam realizadas reuniões de audiência pública desta Comissão com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude nas cidades pré-selecionadas pela Fifa - Juiz de Fora, Matias Barbosa, Montes Claros, Extrema, Uberlândia e Araxá - como subsedes mineiras para a Copa do Mundo de 2014, para tratar de todas as questões pertinentes à preparação de cada uma delas e de passos a serem dados para que elas sejam selecionadas em caráter definitivo pela Fifa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rômulo Viegas.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/5/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Tiago Ulisses, Gustavo Valadares e Elismar Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em



virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os mecanismos de divulgação da necessidade do cadastramento de consumidores junto à Cemig para garantir o direito à tarifa de energia elétrica subsidiada e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Aparecida Prado, líder comunitária do Conjunto Residencial Mangueira, e Eunice Rodrigues de Almeida, dona de casa, e os Srs. Marco Paulo Denucci Di Spirito, Defensor Público, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Ricardo César Costa Rocha, Superintendente de Relações Comerciais, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig; Sérgio Henrique Mourthé Duarte, Gerente de Planejamento e Acompanhamento do Relacionamento Comercial com Clientes de Distribuição da Cemig; Gilberto Gomes Lacerda, Superintendente de Relacionamento e Assuntos Reguladores da Cemig; Marcio Barbosa Resende, Superintendente da Assessoria de Representação de Distribuição da Cemig; Fernando Ferreira Duarte, técnico do Dieese na subseção do Sindieletró-MG; Jairo Nogueira Filho, Coordenador-Geral do Sindieletró-MG; Ari de Oliveira Zenha, economista, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Liza Prado, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública em Contagem, para discutir os problemas enfrentados pelos consumidores na comercialização de novos imóveis pelas construtoras, em especial, o atraso na entrega; Délio Malheiros, Liza Prado, Duílio de Castro e Carlos Henrique em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de informações para que encaminhe a esta Comissão, mês a mês, o número de consumidores que já se cadastraram para fazer jus à tarifa social de energia elétrica, até o fim do prazo estabelecido pela legislação para tal cadastramento; Antônio Júlio em que solicita seja realizada audiência pública para dar continuidade nessa Comissão ao debate sobre a prestação de serviço de telefonia móvel nos Municípios mineiros; Deputada Liza Prado (3) em que solicita sejam encaminhados ao Presidente da Cemig pedidos de providências para fazer campanha, em caráter permanente, a respeito dos procedimentos necessários à obtenção do benefício decorrente da tarifa social de energia elétrica, instituída pela Lei nº 12.212, de 2010; para destinar um técnico para visitar as moradias dos Bairros Betânia e Estrela Dalva, nesta Capital, a fim de examinar os eletrodomésticos e de indicar medidas para a redução do consumo de energia elétrica das famílias residentes nessas moradias, bem como de averiguar a fiação elétrica utilizada, tendo em vista o alto valor das tarifas cobradas, sendo que a maioria das moradias tem pouquíssimos eletrodomésticos; para tornar mais transparente o demonstrativo de pagamento de tarifas e tributos constantes no boleto destinado ao consumidor; em que solicita sejam encaminhados à Cemig e à Defensoria Pública pedidos de providências para incentivar o cadastramento dos consumidores para fazer jus à tarifa social de energia elétrica. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Carlos Henrique - Bruno Siqueira.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/5/2011

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Bonifácio Mourão, Antônio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, o Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam - e a Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - sobre os planos de governo de suas respectivas instituições. O Presidente comunica o recebimento de correspondência do Sr. Waldemar Antônio de Arimatéia, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, solicitando informações relativas à visita realizada por esta Comissão em 20/8/2009 à Estação de Tratamento de Esgoto de Nova Contagem, e dá ciência da Decisão da Presidência publicada no "Diário do Legislativo" de 5/5/2011. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cleide Isabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Igam; Maria Dalce Ricas, Superintendente Executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente; Valéria Cristina Rezende, Subsecretária de Inovação e Logística da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -; Marília Carvalho de Melo, Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental e Integração da Semad; Maria Cláudia Pinto, Chefe de Gabinete da Semad; e os Srs. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Alexandre Magrineli, Chefe de Gabinete, representando Augusto Henrique Lio Horta, Secretário de Estado Adjunto do Meio Ambiente e Diretor-Geral do IEF; José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente da Feam; Luciano Luz Badini Martins, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação; Ilmar Bastos Santos, Assessor Especial da Semad; e Danilo Vieira Júnior, Subsecretário de Regularização Ambiental da Semad, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 62/2011, no 1º turno, é convertido em diligência à Advocacia-Geral



do Estado e às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Educação e de Cultura, a requerimento do relator, Deputado Sávio Souza Cruz, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 718/2011 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a Comissão de Minas e Energia para debater a situação em que se encontra a jazida de minério de ferro localizada na área conhecida como Lagoa Seca, entre os Bairros Belvedere e Mangabeiras, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, bem como suas consequências para o meio ambiente e para a população local; Rogério Correia, emendado pelo Deputado Duarte Bechir, em que solicita sejam realizadas visita ao depósito de lixo na Comunidade da Represa, no Município de Perdões, e reunião de audiência pública no referido Município para debater a instalação do depósito de lixo; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para ouvir a Sra. Helena B. Nader, Presidente em exercício da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC -, para apresentar estudo realizado pela entidade que representa e pela Associação Brasileira de Ciência - ABC - sobre o Novo Código Florestal Brasileiro, em tramitação no Congresso Nacional; e Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça para debater o Projeto de Lei nº 440/2011, de sua autoria, que cria a Estrada-Parque Caminhos do Sertão, localizada no interior do parque Estadual da Serra do Rola-Moça, abrangendo os Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Ibirité e Nova Lima. Submetido a votação, é rejeitado o requerimento do Deputado Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para conhecer e debater os termos e as consequências sociais, econômicas e ambientais, para o Município de Patrocínio, do Decreto Municipal de Desapropriação nº 2.734, de 11/3/2011, que desapropria o montante de 4.700 hectares de áreas produtivas pertencentes a dezenas de produtores de pequeno porte. Em seguida, a Presidência recebe requerimentos dos Deputados: Célio Moreira (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o envenenamento e morte de cães, gatos e pássaros no Estado; seja realizada reunião de audiência pública para debater a atual situação das barragens de rejeitos sólidos do Estado de Minas Gerais; seja encaminhado ao Chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - pedido de informações sobre: a) se as autoridades de pesquisa e lavra, emitidas por aquele órgão, são precedidas de estudo técnico de viabilidade ambiental; b) quais os procedimentos utilizados para tornar pública a declaração de caducidade das autorizações de pesquisa ou lavra, especialmente no tocante aos interessados e aos órgãos ambientais; c) quais empreendedores foram beneficiados com a concessão de autorização de pesquisa ou lavra, após a caducidade de requerimentos anteriores; e d) quais autorizações foram concedidas nos últimos cinco anos, relacionando-se os interessados, área, localização geográfica e mineral a ser explorada ou pesquisada; e seja realizada visita ao Chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM -, com sede nesta Capital, para verificar a compatibilização das outorgas concedidas (autorizações de lavra) e as normas ambientais estaduais; e Délio Malheiros (2) em que solicita seja encaminhado pedido de informações à Copasa sobre os investimentos em preservação e proteção ambiental nas bacias hidrográficas exploradas por essa companhia, nos últimos 5 anos, esclarecendo, de forma pormenorizada, se o valor investido corresponde ao percentual mínimo em relação ao lucro da companhia, conforme exige a Lei nº 12.503, de 1997; e seja encaminhado pedido de informações à Cemig sobre os investimentos em preservação e proteção ambiental nas bacias hidrográficas exploradas por essa companhia, nos últimos 5 anos, esclarecendo, de forma pormenorizada, se o valor investido corresponde ao percentual mínimo em relação ao lucro da companhia, conforme exige a Lei nº 12.503, de 1997. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Luzia Ferreira - Sávio Souza Cruz - Gustavo Corrêa.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nº 319, 442 e 665/2011, sendo os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 633/2011 (Deputado Hely Tarquínio), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 571, 578, 579, 588, 589, 599, 600, 601, 602, 603, 605/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, para discutir as condições de vida dos afetados pelos problemas de silicose resultantes da exploração de ouro na região do Município de Nova Lima; Adelmo Carneiro Leão em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater a política de captação, distribuição e transfusão de sangue e hemoderivados no Estado, bem como avaliar a necessidade de implantação de novos hemocentros; e para debater a política de assistência aos portadores de epilepsia, prevista na Lei nº 18.373/2009; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a situação anômala dos servidores da Secretaria de Saúde; Rogério Correia, Antônio Júlio,



Ivaír Nogueira e Paulo Lamac em que solicitam sejam realizadas visitas aos hospitais da Rede Estadual de Saúde em funcionamento em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer suas condições de funcionamento. Em seguida, é recebido requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para apurar denúncia de possível erro médico que vitimou o menor I.J.S.S. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Doutor Wilson Batista.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Luiz Henrique e Gustavo Valadares (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 41 e 134/2011, (Deputado Luiz Henrique) e 139 e 246/2011 (Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 41, 134, 139 e 246/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Carlos Mosconi - Luzia Ferreira.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: comunicação do Deputado Antônio Carlos Arantes, publicada no "Diário do Legislativo" de (28/4/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 938/2011, em turno único, (Deputado Fabiano Tolentino); Projeto de Lei nº 826/2011, no 1º turno (Deputado Romel Anízio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, em turno único, do Projeto de Lei nº 742/2011 (relator: Deputado Romel Anízio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 518 e 648/2011 (relator: Deputado Rômulo Viegas), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 565, 591, 592 e 604/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Rômulo Viegas, Doutor Viana e Romel Anízio em que solicitam seja realizada audiência pública, no Município de Três Pontas, durante a Expocafé 2011, para debater a política econômica para o setor cafeeiro, bem como perspectivas, dificuldades e metas de fortalecimento do setor, visando a melhorar a sustentabilidade do café no atual contexto socioeconômico ambiental; em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a criação e a gestão do Fundo Estadual do Café como política de fortalecimento das atividades econômicas estratégicas para o setor no Estado; em que solicitam sejam encaminhados ofícios ao Secretário de Estado de Saúde e ao Diretor-Geral do IMA, solicitando informações sobre a existência de casos comprovados de falecimento ou de problemas de saúde em Minas Gerais em decorrência do consumo de Queijo Minas Artesanal produzido a partir de leite cru e o encaminhamento de cópia desse requerimento ao Sr. Júlio César Moraes Gontijo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Carmo do Paranaíba; Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para debater e dar encaminhamento a efetiva implementação da Lei nº 13.965, de 2001, que cria o Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, à Extração, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado - Pró-Pequi -; em que solicita sejam encaminhados ofícios ao Delegado Regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - em Minas Gerais, ao Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária, ao Subsecretário de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, ao Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, e ao Diretor-Geral do Iter, solicitando modificações nos trâmites das propostas de crédito fundiário no âmbito da unidade técnica estadual, de modo a permitir que, uma vez aprovadas na câmara técnica, elas sejam encaminhadas diretamente às instituições financeiras, dispensando a obrigatoriedade de aprovação prévia pelo Plenário; em que



solicita sejam encaminhados ofícios ao Delegado Regional do MDA em Minas Gerais, ao Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária, ao Subsecretário de Agricultura Familiar da Seapa, ao Diretor-Geral do Iter e ao Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, solicitando articulação para promover a descentralização da assistência à organização documental das propostas a serem submetidas ao Programa Nacional de Crédito Funciário. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Doutor Viana - Rômulo Viegas.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/5/2011

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para a qual designou o relator citado a seguir: no 1º turno, Projeto de Lei nº 1.066/2011 (Deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 572/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada visita ao casarão colonial do século XIX localizado no Parque Municipal Gentil Diniz, no Município de Contagem, com o objetivo de conhecer a obra de revitalização. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Rômulo Veneroso.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/5/2011

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marques Abreu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente da OAB - MG, e da Sra. Ana Lúcia de Oliveira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da mesma instituição, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 26/3/2011. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 908/2011, em turno único, para o qual designou como relator o Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 237/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter informações sobre a carência de profissionais qualificados para o tratamento da equoterapia, designados pela Fhemig para trabalhar no Centro de Equoterapia do Regimento da Cavalaria Alferes Tiradentes da Polícia Militar; da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Presidente da Copasa com vistas à mudança da sede do seu escritório no Município de Caxambu, com a finalidade de assegurar a aplicação da legislação que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência; e do Deputado Elismar Prado em que solicita sejam ouvidos, nesta reunião, as Sras. Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte; Terezinha Oliveira da Rocha, representante do Movimento da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte; Mariana Perdigão Bello Campos, da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência - Caade/Sedese -, representando a Coordenadora Ana Lúcia de Oliveira; e os Srs. Nelson Luiz dos Santos Garcia, da Caade/Sedese; Rodrigo Célio de Castro, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conped -; e Rogério de Araújo Souza, Conselheiro do Conped e da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais - Apape. Logo após, o Presidente lhes passa a palavra, para que façam suas exposições. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2011.

Doutor Wilson Batista, Presidente - André Quintão - Luiz Henrique.



ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Gustavo Valadares e Carlos Mosconi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater denúncias de irregularidades na Penitenciária Nelson Hungria, entre as quais o uso de telefones celulares e o uso de drogas por detentos, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rosilene Alves de Souza, Delegada e Coordenadora do Núcleo de Gestão Prisional da Polícia Civil, representando Celso Ávila Prado, Delegado-Geral da Superintendência de Investigações e Polícia Judiciária da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Hamilton da Costa Mitre de Andrade, Superintendente de Segurança Pública, representando Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de Administração Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social; Luiz Carlos Danunzio, Diretor-Geral do Complexo da Penitenciária Nelson Hungria; José Maria Marques, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciários; Eder Diógenes de Carvalho, Comandante do Comando de Operações Especiais - Cope -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao Superintendente da Polícia Civil, ao Juizado da Infância e da Juventude e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a fiscalização da festa "rave" que acontecerá no dia 14/5/2011, às 23h59min, na Fazenda Nosso Canto, no Município de Nova Lima, evitando a presença de adolescentes e o possível consumo de drogas como o "ecstasy"; do Deputado Durval Ângelo (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos para discutir os desdobramentos das Resoluções nºs 9/2010, 19/2010 e 2/2011, do Conselho Federal de Psicologia, no que diz respeito à atuação do psicólogo no sistema prisional, ao exame criminológico e aos direitos humanos de detentos; seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos para debater a adesão dos Municípios e de suas respectivas Guardas Municipais à Campanha Nacional de Desarmamento; do Deputado Carlin Moura (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Participação Popular, no Município de Malacacheta, para debater as questões relacionadas à segurança pública na cidade; seja realizada reunião de audiência pública em Virgolândia, para debater a política de segurança pública adotada no Município; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues (4) em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Saúde para discutir as providências tomadas pelos órgãos competentes em face do déficit de vagas no sistema de internações e tratamentos psiquiátricos, terapêuticos e reeducativos de indivíduos em cumprimento de medida de segurança no Estado; seja realizada visita às autoridades responsáveis pela investigação dos recentes atos de vandalismo e de queima de ônibus coletivos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como às autoridades policiais responsáveis pelos inquéritos sobre o porte de drogas, armas e celulares por detentos da Penitenciária Nelson Hungria; seja realizada reunião de audiência pública para receber documentos da Comissão de Representação do Fórum Técnico "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", realizado por esta Casa nos dias 11, 12 e 13/8/2010, contendo sugestões de encaminhamentos e desdobramentos das propostas aprovadas nesse fórum; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para especial atenção na investigação da quadrilha especializada em assaltos a residências que foi presa no último dia 11 de maio em Betim. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/5/2011

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS) e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 376/2011, em 1º turno, para o qual designou como relator o Deputado João Vítor Xavier. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Tiago Ulisses, relator do Projeto de Projeto de Lei nº 113/2011, em 1º turno, em virtude de redistribuição, apresenta requerimento em que solicita seja a matéria baixada em diligência ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Rogério Correia e Almir Paraca em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para obter informações sobre a exploração do gás natural no Município de Brasilândia de Minas e região. A Presidência recebe, para



posterior apreciação, requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir a situação em que se encontra a jazida de minério de ferro localizada na área conhecida como Lagoa Seca, entre os Bairros Belvedere e Mangabeiras, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, bem como suas consequências para o meio ambiente e para a população local. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Carlos Henrique - Duarte Bechir.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/5/2011

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 546, 576, 597/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rômulo Viegas em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o "bullying" nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 388/2007, em tramitação no Senado Federal, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis de ensino fundamental e médio; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Consórcio das Universidades Sul-Sudeste de Minas Gerais, chamada "Superuniversidade do Sudeste" e seja encaminhado voto de congratulações com a Sra. Romilda dos Reis, Diretora da 32ª Superintendência de Ensino de Pouso Alegre e com o Sr. José Maria Dias, Diretor da Escola Estadual Cristiano Machado, situada no Município de Ipuíuna, pela inauguração da referida escola. São recebidos pela Presidência o requerimento do Deputado Bosco em que solicita seja aprovada a participação desta Comissão na abertura do 1º Fórum de Integração Universitária, edição Sul-Sudeste de Minas Gerais, em homenagem aos 85 anos de fundação do Diretório Acadêmico Estudantil da Universidade Federal de Lavras - Ufla -; e dos Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac em que solicitam ao Presidente da Assembleia seja realizado estudo para viabilizar a elaboração e a publicação de uma cartilha que verse sobre a educação profissional e tecnológica no Estado, com o objetivo de divulgar e orientar instituições de ensino, estudantes e concluintes do ensino médio e a educação de jovens e adultos acerca da oferta da citada modalidade de ensino, iniciativa que consolidará as contribuições trazidas pelo Debate Público "Cenários da educação profissional e tecnológica em Minas Gerais". É adiada a votação do requerimento da Deputada Luzia Ferreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet-MG -, especialmente a contratação e a manutenção de corpo docente e a viabilidade de sua transformação em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais, a requerimento do Deputado Carlin Moura, aprovado pela Comissão. É aprovado relatório de visita realizada pela Comissão à Secretaria de Educação, em 3/5/2011, que está arquivado junto aos documentos da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.

Bosco, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Carlin Moura - Rogério Correia.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão, Cássio Soares, Delvito Alves e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Prefeito e da Secretária de Saúde do Município de Pompéu, manifestando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 578/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.585, 1.586, 1.589, 1.601, 1.611, 1.621, 1.628, 1.629, 1.637 e 1.652/2011 (Deputado André Quintão); 1.596, 1.602, 1.612, 1.619, 1.626, 1.627, 1.646, 1.647, 1.660, 1.661 e 1.663/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 1.583, 1.595, 1.607, 1.613, 1.615, 1.630 e 1.659/2011 (Deputado Cássio Soares); 1.597, 1.620, 1.625, 1.639, 1.645 e 1.650/2011 (Deputado Delvito Alves); 1.587, 1.598, 1.614, 1.617, 1.622, 1.635 e 1.638/2011 (Deputado Luiz Henrique); 1.591, 1.623, 1.624, 1.631, 1.651, 1.653 e 1.661/2011 (Deputada Rosângela Reis); e Projeto de Resolução nº 1.633/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 755 e 1.160/2011, este com a Emenda nº 1, e no 1º turno, dos Projetos de Lei



nºs 685 e 1.064/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); em turno único, do Projeto de Lei nº 1.164/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); e no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 779/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 795/2011, com as Emendas nºs 1 e 2, 997/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 1.016/2011 com as Emendas nºs 1 a 4, 1.025 e 1.079/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Luiz Henrique); 874/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.037 e 1.211/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão). Retira-se do recinto o Deputado André Quintão, e registra-se a presença do Deputado Carlin Moura (substituindo o Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do MSC). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 322, 19, 1.076/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); e 1.029/2011 (relator: Deputado André Quintão). Anunciada a discussão do parecer do relator, Deputado Luiz Henrique, que conclui pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 103/2011, é aprovado requerimento do Deputado Delvito Alves solicitando o adiamento da discussão. São convertidos em diligência ao Detran-MG o Projeto de Lei nº 305/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); ao Detran-MG e ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro - o Projeto de Lei nº 599/2011, à Secretaria de Saúde os Projetos de Lei nºs 924 e 1.059/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha-MG - e à Secretaria de Cultura o Projeto de Lei nº 744/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - o Projeto de Lei nº 27/2011 (relator: Deputado Carlin Moura); à Secretaria de Fazenda - SEF - o Projeto de Lei nº 86/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); à SEF e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa - o Projeto de Lei nº 183/2011 (relator: Deputado André Quintão); ao Iepha-MG o Projeto de Lei nº 751/2011 e à Secretaria de Governo o Projeto de Lei nº 950/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); e à Seapa o Projeto de Lei nº 1.017/2011 (relator: Deputado Delvito Alves). É distribuído em avulso o parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.092/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 296 e 796/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Sebastião Costa e André Quintão. O Projeto de Lei nº 613/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Bruno Siqueira, que conclui pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 832/2011, é deferido o pedido de vista da Deputada Rosângela Reis. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.293, 1.295/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); e 1.311/2011 (relator: Deputado André Quintão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 900, 1.150, 1.154, 1.199, 1.209, 1.245, 1.246, 1.255, 1.256, 1.274, 1.282, 1.288, 1.291, 1.292, 1.296, 1.297, 1.299, 1.306, 1.313 e 1.315/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reunião extraordinária, de 19/5/2011, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira - Rosângela Reis - André Quintão - Luiz Henrique - Cássio Soares.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e o Deputado Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do artigo 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita ao membro presente que a subscreva. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a discutir, em audiência pública, os motivos por que os consumidores do Estado não foram beneficiados pela redução dos custos com o aluguel de máquinas de cartões de crédito e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Alexandre de Menezes Rodrigues, Corregedor do Conselho Regional de Medicina do Estado (5/5/2011), e da Sra. Fabrícia Fernandes Duarte, Gerente-Geral de Relações Internacionais (12/5/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 355/2011, no 1º turno (Deputado Antônio Júlio), e 1.065/2011, no 1º turno (Deputado Délio Malheiros). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Claudia Volpini, Vice-Presidente, representando o Sr. Roberto Luciano Fagundes, Presidente da Associação Comercial de Minas; e o Sr. Gilberto Dias de Souza, Gerente da Unidade Praça Sete do Procon Assembleia, representando o Sr. Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registram-se as presenças dos Deputados Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 842/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Duílio de Castro); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 416/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Délio Malheiros); 724/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (Deputado Délio Malheiros); e 812/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da



Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Carlos Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 575 e 631/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada visita conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais aos maiores supermercados de Belo Horizonte para verificar o comportamento dos consumidores diante da proibição da distribuição gratuita das sacolas plásticas pelo comércio varejista, bem como o excesso de plástico utilizado nas embalagens dos diversos produtos; Rômulo Veneroso em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que seja feito estudo sobre o melhor modo de incentivar as empresas produtoras de sacolas plásticas tradicionais a se adaptarem à produção de sacolas oxibiodegradáveis ou biodegradáveis no Estado; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde com o objetivo de discutir a rotulagem dos produtos dietéticos no Estado, seus reflexos para a saúde dos diabéticos e as soluções para facilitar a identificação e compreensão de sua composição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Duilio de Castro.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/5/2011

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Durval Ângelo e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a averiguar denúncia de violação de direitos humanos que teria sido praticada pelo Grupo de Intervenção Tática - GIT - durante operações no Presídio de São Joaquim de Bicas II e no Cersp da Gameleira; e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 12/5/2011: ofícios dos Srs. Edson Ribeiro Baeta, Promotor de Justiça; Paulo de Tarso Tamburini Souza, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, e Humberto Adami, Ouvidor da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Tatiana Moreira Bessa e os Srs. Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário - CAO-DH -, Guilherme Augusto de Farias Soares, Superintendente de Atendimento ao Preso da Secretaria de Defesa Social, representando o Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de Administração Prisional; Ronaldo Mendes Campelo, Diretor do Presídio de São Joaquim de Bicas II; Marinho Rômulo de Avelar Filho, Diretor-Geral do Cersp da Gameleira; Emílio José Lacerda Vilaça, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação da população de rua em Belo Horizonte; Paulo Lamac (5) em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para intercessão junto ao governo do Estado do Rio de Janeiro com vistas à conclusão das investigações sobre o desaparecimento de Grazielle Marques da Silva; seja encaminhado ao Governador, ao Secretário de Segurança Pública e à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pedido de providências para que a Delegacia de Homicídios da Barra da Tijuca conclua as investigações sobre o desaparecimento de Grazielle Marques da Silva; seja encaminhado à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de providências para intercessão junto ao Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro com vistas à agilização das investigações sobre o desaparecimento de Grazielle Marques Silva; seja encaminhado à Chefe da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro pedido de providências para que se autorize o Instituto de Criminalística Carlos Eboli (Posto Campo Grande Poltec) a enviar ao Instituto de Criminalística de Minas Gerais o material genético colhido do cadáver referente ao RO nº 050-01237/2011 e GRC nº 050-0040/2011, para realização de exame de DNA; Durval Ângelo (9) em que solicita seja encaminhado ao Instituto Médico-Legal pedido de cópia do laudo sobre a morte de Carlos Henrique Pereira da Silva; seja encaminhado ao Corregedor-Geral de Polícia Civil e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a apuração de denúncia da Ouvidoria-Geral do Estado contra três agentes por maus-tratos contra um preso na Delegacia de Dores do Indaiá; sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social, à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Colegiado das Corregedorias pedido de providências para a apuração de denúncia relativa a propina que teria sido entregue por Adriana Ferreira ao Sgt. PM Rogério de Freitas Dias, do Rotam, e pedido de informações sobre a designação desse policial para a operação em que o fato teria ocorrido, a utilização de nome falso por ele e o não indiciamento dos envolvidos em flagrante pela Delegada da 1ª Delegacia Distrital - Sul; seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de providências para a apuração de denúncia de violação de direitos humanos que teria ocorrido no Presídio Metropolitano de São Joaquim de Bicas II, encaminhando-se também as notas taquigráficas desta reunião e o relatório do Conedh sobre a matéria; seja encaminhado à Corregedoria do Sistema Prisional pedido de providências para a apuração de denúncia de violação de direitos humanos que teria ocorrido no Presídio Metropolitano de São Joaquim de Bicas II, encaminhando-se também as notas taquigráficas



desta reunião e o relatório do Conedh sobre a matéria; sejam encaminhados ao Colegiado das Corregedorias pedido de providências para a inclusão, na pauta de sua reunião de junho, da discussão do relatório do Conedh sobre denúncia de violação de direitos humanos que teria ocorrido no Presídio Metropolitano de São Joaquim de Bicas II, com destaque para as recomendações constantes nas págs. 18 a 20, e para que o Presidente desse Conselho seja convidado para essa reunião, encaminhando-se também as notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhado à Corregedoria do Sistema Prisional pedido de providências para a apuração dos motivos da não realização de perícia técnica no Ceresp da Gameleira, em Belo Horizonte, por ocasião da morte do detento Carlos Henrique Pereira da Silva, e das responsabilidades quanto a possível omissão; e seja encaminhado ao Subsecretário de Assuntos Prisionais e ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para a apuração dos motivos de a perícia técnica não ter sido chamada ao Ceresp da Gameleira, em Belo Horizonte, por ocasião da morte do detento Carlos Henrique Pereira da Silva, e das responsabilidades quanto a possível omissão, encaminhando-se também as notas taquigráficas desta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/5/2011

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. José Aparecido Coelho dos Santos, Vereador da Câmara Municipal de Pescador; e do Sr. Demétrio de Miranda Ayala, Vereador da Câmara Municipal de Guanhães (12/5/2011). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 987/2011, em turno único, para o qual designou relator o Deputado Doutor Wilson Batista. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 98 e 357/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; e 316/2011 com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão); e, em turno único, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 762 e 819/2011, ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Neider Moreira); 264/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 820/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 582 e 822/2011, que receberam parecer por sua aprovação (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 635/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para discutir a rotulagem dos produtos dietéticos no Estado, seus reflexos para a saúde dos diabéticos e soluções para facilitar a identificação e a compreensão de sua composição; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública para discutir medidas que possam impedir a disseminação da nova droga, conhecida como “óxi”, no Estado. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública para debater as Parcerias Público-Privadas - PPPs na Política de Saúde no Município de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio- Doutor Wilson Batista.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 24/5/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 280/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado à Presidência da Cemig pedido de informações com cópia do relatório do dia 27/2/2011, que contém dados sobre a rede elétrica no Município de Bandeira do Sul. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 281/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, pedido de informações sobre a relação de acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte de 2008 a 2011, com a data, o local e o número de vítimas, os quais tenham envolvido motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros e motoristas amadores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 282/2011, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado, pedido de informações sobre a relação de acidentes na BR-381, no trecho compreendido entre Belo Horizonte e Governador Valadares, de 2008 a 2010, com a data, o local e o número de vítimas, os quais tenham envolvido motoristas profissionais de carga e de transporte coletivo de passageiros e motoristas amadores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO
DIA 24/5/2011****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/5/2011****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 688/2011, do Deputado Carlin Moura; 704/2011, do Deputado Duarte Bechir.



Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 1.193/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; Projetos de Lei nºs 776/2011, do Deputado Carlin Moura; 1.308 e 1.309/2011, do Deputado Juninho Araújo; e 1.330/2011, da Deputada Ana Maria Resende.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 10, 103 e 106/2011, do Deputado Elismar Prado; 832/2011, do Deputado Carlin Moura; 7/2011, do Deputado Elismar Prado; 64/2011, do Deputado Fred Costa; 93/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 296/2011, do Deputado Elismar Prado; 439/2011, do Deputado Célio Moreira; 450/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 796/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 906/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 1.007/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.069, 1.111, 1.133, 1.136 e 1.231/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.317/2011, do Deputado Dilzon Melo; e 1.392/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.201/2011, do Deputado Deiró Marra; 1.203/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.224/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.294/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.305/2011, do Deputado Juninho Araújo; 1.332/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.352/2011, do Deputado Durval Ângelo; 1.384/2011, do Deputado Carlos Mosconi; e 1.398/2011, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 321, 369 e 425/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 693 e 694/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 636/2011, da Comissão de Participação Popular; 654 e 655/2011, da Comissão de Segurança Pública; 696/2011, do Deputado Hélio Gomes; 699/2011, do Deputado Carlos Henrique; e 709/2011, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/5/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: expor e debater com convidados, o projeto Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII: do Banco de Dados à Arqueologia, do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e do Instituto Histórico Israelita Mineiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 24/5/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e das indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS -; do nome do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -; do nome da Sra. Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP -; do nome da Sra. Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg -; do nome do Sr. Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -; do nome do Sr. José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; do nome do Sr. Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG; e do nome do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex -; e na 2ª Fase, a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Carlos Miranda, Juninho Araújo, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 641/2011, do Deputado Doutor Viana, e 745/2011, do Deputado Carlin Moura, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 717/2011, do Tribunal de Contas, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 605/2011, do Deputado Arlen Santiago, 875/2011, da Deputada Rosângela Reis, 905/2011, do Deputado Duarte Bechir, 952/2011, do Deputado Carlos Pimenta, 964/2011, do Deputado Inácio Franco, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 687/2011, do Deputado Bosco, 689/2011, do Deputado Neilando Pimenta, 695/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado, e 701/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

Rosângela Reis, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o parecer para turno único do Projeto de Lei nº 1.048/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; de se votar, em turno único, o Requerimento nº 583/2011, da Comissão de Direitos Humanos; de se debaterem os investimentos feitos pelos governos federal e estadual e pelas Prefeituras dos Municípios de Belo Horizonte e Contagem na recuperação da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Carlin Moura, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2011, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

Luiz Henrique, Presidente “ad hoc”.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública, com convidados, a ser realizada em 26/5/2011, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar estudo técnico sobre o Programa de Desenvolvimento Regional “Vale do Aço: uma agenda de desenvolvimento integrado” e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2011.

Almir Paraca, Presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 17/5/2011**

O Deputado Duílio de Castro - Sr. Deputado José Henrique, que preside esta reunião, componentes da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, povo que nos honra com sua presença nesta Casa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, hoje quero falar de um assunto que venho prorrogando há algum tempo: com a 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios feita pelos Prefeitos, eu não poderia deixar de manifestar meu apoio e solidariedade aos Prefeitos que fizeram tal peregrinação a Brasília. Quanto a essa peregrinação, todos os anos acontece a mesma coisa, Prefeitos vão a Brasília atrás de recursos, vão a Brasília atrás da divisão do bolo, vão a Brasília atrás de reforma tributária, vão a Brasília buscar saúde, buscar obra. E, infelizmente, voltam com o pires na mão. Isso é o que ocorre todos os anos. Como foi muito bem lembrado pelo Deputado Célio Moreira, voltam com o pires vazio.

É impossível vermos isso ocorrer todos os anos e os Prefeitos continuarem, cada vez mais, com maiores dificuldades para administrar as cidades. Quando digo administrar cidades, incluo todos os setores. Hoje os Prefeitos não têm condições de oferecer boa educação, não têm condições de fazer obras na cidade. Quanto à saúde, nem se fala. O que verificamos no dia a dia é que os Prefeitos estão com o orçamento estrangulado e oferecem à saúde um atendimento de péssima qualidade ao cidadão. Não oferecem condições, no mínimo, de um salário justo aos funcionários da educação, porque não têm dinheiro. E, infelizmente, o que constatamos é o governo, em época de eleição, oferecer mundos e fundos no palanque político, e, quando passa a campanha política, parece que não houve - nem se trata de promessa - compromisso nenhum. Daí, os Prefeitos voltam à maratona do sacrifício de tentar administrar um orçamento que não têm.

Hoje, se olharmos as Prefeituras, veremos que 25% dos recursos vão para a educação, e 15%, para a saúde. Quero fazer um desafio: qual Prefeitura gasta somente 15% com a saúde? Não conheço. O que vemos são Prefeituras gastando 25%, 28%, 30% e 33%. Já vi Prefeitura gastar até 33% com a saúde. E o governo, cada vez mais, joga a responsabilidade sobre os Municípios.

Quero falar um pouco sobre a saúde. Apresentarei alguns dados. Deputados Rômulo Viegas e Dalmo Ribeiro Silva, logo lhes darei aparte. Por favor, aguardem só um minuto, pois não quero perder a sequência. Quero apresentar alguns dados da Organização Mundial da Saúde - OMS -, que fez uma radiografia da saúde. Esses dados são do dia 14. Gostaria que os Deputados e as Deputadas os conhecessem. De acordo com os dados, as famílias brasileiras ainda destinam mais recursos à saúde do que o próprio governo. As



famílias brasileiras estão pagando mais do que o governo. Ele pega quase 60% dos recursos dos nossos impostos e põe a família brasileira para custear a saúde.

Esses dados mostram na abertura da Assembleia Mundial da Saúde que o brasileiro gasta com saúde quase duas vezes o que um europeu gasta com o próprio salário. Ele mostra também que 82% dos gastos com saúde no Japão são cobertos pelo governo; na Dinamarca são 85%; em Cuba, 94%. Vejam a relação de países que são sérios, preocupados com a saúde do cidadão. Vejam a diferença entre a aplicação dos recursos em saúde nesses países e no Brasil. O Brasil é um País que arrecada muito, mas que investe pouco em saúde. Ele já ultrapassou os R\$800.000.000.000,00 em arrecadação e gasta apenas R\$60.000.000.000,00 com a saúde. Como vamos dar saúde ao cidadão brasileiro gastando uma “mixaria”? Digo assim mesmo: “mixaria”, quando se trata da saúde.

O governo federal tem de oferecer pelo menos três pontos fundamentais ao cidadão: saúde, educação e trabalho. Se dermos o pilar ao cidadão, ele não incomodará o Deputado, o Prefeito, nem procurará a assistência social. Ele irá embora sozinho, crescerá e sustentará sua família, mas esse cidadão precisa ter, no mínimo, esse tripé que chamo de dignidade. Isso o Brasil precisa dar ao cidadão brasileiro. Ao investir esse pouco dinheiro na saúde, com certeza não se dará dignidade aos brasileiros.

Concedo aparte ao Deputado Rômulo Viegas, que, com certeza, está preocupado com esse assunto, pois vem fazendo um grande trabalho.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Duílio de Castro. V. Exa, nesta tarde de terça-feira, com o Plenário da Casa repleto de colegas parlamentares, afinados em encontrar mecanismos para melhorar a vida da população mineira e da população brasileira, toca em um assunto de extrema importância. Ao abordar o pronunciamento de V. Exa., quero externar publicamente duas preocupações. A primeira delas se refere à tão divulgada e badalada reforma política. Estou vendo que as coisas não sairão da forma como a sociedade brasileira está esperando. Vejo muito desencontro por parte das diversas classes representativas do segmento político.

Acho que a preocupação que temos, como V. Exa. acaba de externar, com a defesa dos nossos Prefeitos, a nossa bandeira municipalista - sem dúvida, a melhor bandeira para o fortalecimento da política no âmbito nacional - só poderá concretizar-se com a adoção de eleições casadas, eleições do mesmo nível, em que o Presidente da República, os Governadores, os parlamentares, os Prefeitos e os Vereadores são eleitos para o mesmo período. Isso evitaria o desencontro de programas apresentados pelos governos federal e estaduais e que deixam os Prefeitos, na metade de um mandato ou no início de outro, descompensados com os aportes financeiros necessários à sua execução.

A segunda preocupação, Deputado Duílio de Castro, é com a Medida Provisória nº 512, que poderia complementar, nas ações dos incentivos fiscais, 168 Municípios mineiros, do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Lembrando que temos dois grandes líderes políticos - o Senador Aécio Neves, o mais querido, e o Governador Anastasia, o mais eficiente -, esse foi um acordo formatado com o Senador Aécio Neves e o Líder do Governo no Senado, Humberto Costa, mas parece que a Câmara Federal, pela Liderança do PT, está se opondo a isso, trazendo prejuízo para Minas Gerais. Então, é preciso dar voz e ouvidos ao Senador Aécio Neves, para que as coisas ocorram positivamente para Minas Gerais. São Prefeitos do Norte do Estado que precisam ver a região desenvolver-se e crescer e, para isso, é fundamental esse aporte, esse apoio político.

V. Exa. está de parabéns. Acho que a bandeira do municipalismo deveria ser a principal bandeira da classe política. Parabéns! Conte sempre conosco.

O Deputado Duílio de Castro - Daqui a pouco, concederei aparte aos Deputados, mas gostaria de expor mais alguns dados que julgo importante serem do conhecimento dos Deputados e das Deputadas. O Brasil está entre os 24 países que menos destinam recursos do Orçamento à saúde. Está entre os 24 países. Mais: a média africana, segundo a OMS, é de 9,6%. E o Brasil está atrás. Não há aqui qualquer desmerecimento à África. Estou apenas lembrando aos Deputados que, quando falamos do Brasil - hoje, chegando à posição de sétima economia do mundo -, estamos falando de um país que tem a projeção de ser em 2016 a quinta economia do mundo. Não estamos falando de países sem condições, mas de países de economia forte, de países que têm condições de investir e de dar ao menos saúde a seu povo, como é o caso do Brasil.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado, Deputado. Serei bem rápido neste aparte. Parabenizando V. Exa., quero dizer que sou advogado, não médico, mas acho que a única receita para solucionarmos a questão da saúde no Brasil é a Emenda nº 29. Não há outro caminho. O Deputado Carlos Mosconi, que aqui está, batalha muito por isso desde seu mandato como Deputado Federal e sabe que, após 11 anos, ainda não conseguimos a resposta nem do governo Lula nem do atual. Mas vamos cobrar da Presidente Dilma que isso ocorra. Aliás, ela mesma já fez essa proposta na marcha dos Prefeitos. Além de falarem da lei do pires na mão - pela qual todos os Municípios buscam a compensação do Fundo de Participação dos Municípios, essas migalhas que eles estão recebendo -, a proposta unânime entre os Prefeitos do Brasil é a regulamentação da Emenda nº 29. E, como manifestou a própria Presidente, há possibilidade de que isso venha a ocorrer.

Deputado Duílio de Castro, tenho certeza absoluta de que, depois disso, a nossa saúde sairá da UTI. Nada vai adiantar, mesmo que Minas Gerais, São Paulo ou qualquer Estado do Brasil façam a sua gestão, que as Secretarias tenham a sua participação e os Deputados Estaduais façam o seu dever de casa, nada disso adiantará se o governo federal não tiver essa responsabilidade, esse compromisso de salvar a saúde do Brasil.

Vemos todos os dias, pelos canais de TV, todos os hospitais superlotados. Não temos onde colocar nossos doentes. Existe só um remédio: vamos tratar com seriedade a Emenda nº 29, garantindo saúde a todos os Municípios e a todos os Estados do Brasil.

Parabéns, Deputado Duílio de Castro, pela sua manifestação.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Serei rápido, Deputado Duílio de Castro. Apenas gostaria de convidá-lo para discutirmos o tratamento da saúde pública no Estado de Minas Gerais. Semana passada visitei vários hospitais após a greve da Fhemig, que, aliás, foi bem resolvida. Aproveito a oportunidade para agradecer o apoio que tivemos dos Deputados desta Casa, até dos da base do governo, os Deputados Carlos Mosconi, João Leite e Rômulo Viegas. Todos nos ajudaram muito nessa questão. No entanto, vi que realmente a situação da saúde pública em Minas é grave, como V. Exa. mesmo disse.



Deputado Duílio de Castro, gostaria de convidar V. Exa. para participar de uma reunião com a Promotoria da Saúde Pública em Minas. A Promotora Dra. Josely está entrando com uma ação cautelar para que no Orçamento deste ano não seja incluída aquela verba da Copasa que o governo todo ano inclui, que dá uma defasagem de em torno de R\$700.000.000,00, valor que estaria a serviço dos Municípios, caso não se estabelecesse esse truque de colocar o recurso da Copasa no orçamento da saúde. Gostaria que V. Exa. comparecesse ao Ministério Público, porque a Dra. Josely nos apresentará exatamente o que é esse custo e como é essa ação cautelar. Tenho certeza de que isso não resolverá o caso, como a Emenda nº 29 - até concordo que ela tenha de ser aprovada -, mas já ajudará muito os Municípios, como V. Exa. está pretendendo. Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Duílio de Castro.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Duílio de Castro, gostaria de parabenizá-lo também. Na semana passada, lamentavelmente, tivemos o fechamento do setor de transplante de um hospital federal, o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, por causa de 400 irregularidades.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Deputado João Leite, o tempo do Deputado já está esgotado, mas lhe darei mais 1 minuto para que conclua.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Inácio Franco. V. Exa. é sempre tão cordial, apesar de não ser tratado assim por alguns.

Como estava dizendo, o hospital federal daqui de Belo Horizonte está com 400 irregularidades. Falta dinheiro até para gerador. Vejam: não há gerador naquele hospital. Recentemente também chegou ao Ministério Público denúncia em relação a cirurgias cardíacas em crianças no Hospital das Clínicas. Enquanto vemos aqui o "road show" dos Deputados do PT e do PMDB nos hospitais estaduais, o hospital federal em Belo Horizonte encontra-se à míngua, com 400 irregularidades. Além disso, pacientes que estavam aguardando transplante tiveram de ser transferidos para o Hospital Felício Rocho para que pudesse ser feito o transplante. E as cirurgias cardíacas das crianças? Risco total desse hospital por falta de recursos do governo federal para a saúde.

Deputado Duílio de Castro, parabéns pela coragem de trazer a denúncia tão grave da ausência total do governo federal em Minas Gerais e nos Municípios.

O Deputado Duílio de Castro - Muito obrigado. Agradeço ao Presidente ter-me concedido esse tempo.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que precisamos do apoio e do empenho do governo federal no pacto federativo. Não há como ter saúde com Estados pobres e cada vez mais sem recursos. Precisamos de uma base aliada do governo federal e empenho para regulamentarmos a Emenda nº 29. Essa é a salvação. Que tenhamos a responsabilidade do governo federal, do governo estadual e dos Municípios, porque hoje toda a saúde do Brasil, infelizmente, está nas costas dos Municípios. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Sr. Presidente, na semana passada, tentei tratar de um assunto, mas infelizmente não houve condições. Acredito que ainda haja tempo de discuti-lo, pois o assunto é relevante e de interesse público. Tenho aqui alguns estudos em relação ao abuso do preço dos combustíveis no Brasil. Aliás, parabéns aos estudantes de Uberlândia, que organizaram uma manifestação muito criativa, um protesto contra a formação de cartéis e a combinação de preços. Sabemos que isso ocorre no Brasil todo. Na cidade de Araguari, o preço da gasolina chegou a R\$3,15, algo realmente absurdo. O que os estudantes de Uberlândia fizeram? Foram aos postos de gasolina, abasteceram R\$0,50, pagaram com cartão de crédito e ainda exigiram o direito de realizar o teste de qualidade da gasolina, Deputado Délio Malheiros. Esse protesto foi realmente importante, porque o consumidor tem de ser crítico, consciente e exigente dos seus direitos.

Infelizmente, em Minas, além de o preço da gasolina estar muito alto em virtude desse processo, também não compensa abastecer com álcool. Temos 22% de ICMS do álcool, valor que torna totalmente inviável o abastecimento com esse combustível também. Em virtude disso, apresentei um projeto de lei a esta Casa, o Projeto de Lei nº 7, que reduz a carga tributária de 22% para 12%, como já ocorre em São Paulo, por exemplo. É praticamente a metade do valor cobrado em Minas Gerais. Realmente o abuso é muito grande.

Com relação ao combustível, é importante louvar aqui a iniciativa do governo federal de utilizar a BR Distribuidora, que detém cerca de 40% do mercado de distribuição de combustíveis, para reduzir o preço e forçar as outras distribuidoras a baixar seus preços. Ouvindo a Itatiaia, hoje, de manhã, percebi que há um posto aqui, em Belo Horizonte, que está vendendo gasolina a R\$2,56, se não me engano. Houve fila de veículos para abastecer. Isso é importante. A população precisa coibir, combater e boicotar o abuso e a formação de cartel. O Deputado Federal Weliton Prado apresentou diversas iniciativas em Brasília, até mesmo solicitando a fiscalização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade -, do Ministério de Justiça e do Ministério Público Federal, no sentido de combater esse abuso absurdo.

Tenho aqui um estudo que revela que os impostos representam cerca de 55% do preço total da gasolina no Brasil. Mais da metade do valor que pagamos é imposto. Nos Estados Unidos, esse índice não ultrapassa 13%. Tenho aqui uma tabela comparativa, com valores médios em reais. No Brasil, o valor médio da gasolina é R\$2,83. No Canadá, é R\$2,15, 31% mais barato que no Brasil; no Peru, é R\$2,10, 34% mais barato que no Brasil; nos Estados Unidos, R\$1,57, 80% mais barato que no Brasil; na Argentina, R\$1,36, mais de 108% mais barato que no Brasil, e no México, apenas R\$1,21, mais de 133% mais barato que no Brasil.

Ressalto que acionamos o Ministério Público, o Procon, o Cade e também fizemos gestões junto a vários Ministérios, como o de Minas e Energia, e também na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para solicitar fiscalização e denunciar a formação de cartel, a combinação de preços, que configura crime contra o direito do consumidor. Ressalto também a ação importante do governo federal de utilizar a BR Distribuidora, para reduzir o preço do combustível, que está absurdo. Esse setor acaba afetando todos os outros. Tudo fica mais caro devido ao frete e ao transporte.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Elismar Prado, V. Exa. traz um assunto interessante para debatermos, que mostra a diferença de políticas públicas que devem ser adotadas no Brasil e de métodos para tratar a economia brasileira.

Convido V. Exa. a fazer um raciocínio inverso sobre o que ocorreu no Brasil nesses dias. Imagine se, ao invés de o governo ter fortalecido a Petrobras e feito a lei do pré-sal, que garante o petróleo para o Brasil, tivesse continuado a política neoliberal e



privatizado a Petrobras, como queriam o governo FHC, os tucanos, o DEM e outros aliados. Imagine qual seria o preço da gasolina neste momento com a empresa privatizada.

Portanto, parabênzo V. Exa. por dizer que a BR Distribuidora faz outro tipo de política para que o governo pressione para a inflação não subir mais, garantindo a redução de preço. Os arautos do comércio e do mercado, que dizem que o “deus mercado” tudo governará, acham que pode haver aumento abusivo, pois é para a iniciativa privada e os capitalistas terem lucros. Não entendem o papel do Estado de regular o processo inflacionário e da população menos abastada de fazer o controle do preço, e estamos vendo agora a atuação do governo federal. Parabênzo V. Exa. Imagine se tivéssemos privatizado a Petrobras, a que altura estaria o preço do petróleo, com as empresas privadas fazendo o que quisessem. O Brasil estaria na mão apenas do mercado.

Imagine também como estaria a saúde pública no Brasil se permanecessem as políticas de PPPs, como se quer fazer e foi feito em São Paulo durante o governo tucano. A saúde pública estaria ainda mais prejudicada com a iniciativa prevalecendo sobre o SUS. Em Minas Gerais, fiquei impressionado com a situação dos hospitais. No Hospital Júlia Kubitschek, uma senhora de 81 anos estava na cadeira de rodas há 21 dias esperando vaga para cirurgia. Depois que o Bloco Minas sem Censura denunciou o fato, todos os casos foram resolvidos. Ou seja, não há iniciativa do governo para resolver questões como essas. Parabênzo V. Exa. por abordar esse tema. Temos que pressionar para que a gasolina e o álcool tenham preço justo, fazendo com que o Estado atue nessas questões e não permita que só o mercado dite as normas de preço. Obrigado.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado. Realmente, Deputado Rogério Correia, essa concepção da não intervenção do Estado na economia já caiu por terra. O governo Lula mostrou isso, pois o Brasil foi quem melhor administrou a crise econômica mundial e fez inversão de prioridades. Ele distribuiu renda, e milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza. O governo está fazendo programas sociais mostrando que tem responsabilidade e que não deve prevalecer simplesmente a lógica do mercado e do capital acima de tudo, em detrimento do interesse público. Foi acertada a decisão do governo da Presidenta Dilma em combater a especulação dos cartéis e defender o interesse público e a soberania do País.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento, extensivamente ao seu irmão Weliton Prado, pelo trabalho que vem desenvolvendo em defesa do preço justo a ser cobrado pelo combustível, o que não acontece no País. Para nossa estranheza, na sexta-feira passada, em uma relação paradoxal, a Petrobras anunciou que nunca teve tamanho rendimento no transcorrer de todos os anos. Aliás, em comparação ao ano anterior, os números eram bastante significativos.

Ora, como a Petrobras, que tem lucros volumosos, substanciais, é uma empresa nacional, nós, brasileiros, esperávamos um combustível com preço justo. Quero chamar a atenção de todos os nobres pares presentes, porque, um mês atrás, em uma reunião extraordinária, eu trouxe aqui uma pesquisa de preços de gasolina em vários países. O Brasil ainda ostentava uma posição de dois algarismos. Agora, se excluirmos o continente europeu, o Brasil será o país com a sexta gasolina mais cara do mundo. Perdemos apenas para Zâmbia, na África; para a Turquia e a Palestina, no Oriente Médio; e para Hong Kong e Coreia do Sul, no continente asiático. Ora, se nosso país e o governo federal fazem propaganda e apologia da camada pré-sal, ao lucro exorbitante da Petrobras, é um absurdo que nós, brasileiros, paguemos uma gasolina tão cara. O senhor tem total razão, esse valor é proveniente de uma carga tributária absurda, carga essa que foi fomentada - vamos fazer justiça - também pelo governo federal vários anos atrás. Quero lembrar aqui que, em um debate, o Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato a Presidente da República, foi provocado pelo também candidato Anthony Garotinho, que, de forma marota, perguntou ao Lula o que era a Cide, e ele não soube responder. Posteriormente, o Lula foi até a imprensa dizer que acabaria com a Cide. Até hoje esperamos o término da Cide. Mas o que está terminando mesmo é a nossa paciência, a paciência dos brasileiros. Mais do que isso, o alto preço da gasolina está implicando inflação. O que esperamos é que o governo federal, por meio de políticas públicas, faça com que nós, brasileiros, paguemos um preço justo pela gasolina.

Finalizando, em relação ao cartel, fiz questão de fazer uma ampla pesquisa. Quero aqui reparar um erro meu. O jornal “O Tempo”, provocado por mim, veiculou uma reportagem: “Possibilidade de cartel em Belo Horizonte”. Eu e minha assessoria averiguamos o teor da reportagem e fizemos pesquisa em vários postos da Capital. Quero aqui tornar público esse fato e fazer justiça, porque isso não existe em Belo Horizonte. Das nove regionais, em todas elas o preço da gasolina variava em mais de R\$0,50. Então, cabe ao consumidor também buscar o posto que pratica um preço mais justo. Eles até fizeram questão de me enviar o documento com o valor da gasolina praticado nos postos em Belo Horizonte.

Agradeço o aparte de V. Exa. Este parlamentar também trabalhará de forma incessante para baixar o preço da gasolina.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Deputado Fred Costa. Realmente precisamos lutar, em todas as frentes, em defesa do consumidor, em defesa do interesse público; precisamos procurar o nosso direito. O Ministério Público e o Procon precisam tornar o consumidor cada vez mais consciente e mais exigente em relação aos seus direitos.

Apesar dessa pequena queda decorrente da iniciativa do governo federal de utilizar a BR Distribuidora, que detém 40% do mercado de distribuição de combustíveis, o combustível no Brasil ainda é muito caro. Com certeza, é um dos mais caros do mundo. Como apresentei aqui, ele é 80% mais caro que nos Estados Unidos. Precisamos combater, sim, a elevada carga tributária não só na esfera da União, mas também discutir a elevada carga tributária de Minas Gerais, que é a maior do Brasil, infelizmente. Precisamos perder essa liderança.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Elismar Prado, parabênzo V. Exa. por lembrar que essa luta contra o preço abusivo dos combustíveis é uma luta de todos, e todos têm de fazer sua parte. V. Exa. lembrou muito bem que a Presidenta Dilma tem atuado de forma firme, tem usado a Petrobras para combater o preço abusivo, aumentando até mesmo a oferta do produto no mercado. A Presidenta Dilma também determinou a transferência da produção do etanol do Ministério da Agricultura para o Ministério de Minas e Energia, a fim de tratar o produto como combustível também, além de adotar regras mais firmes sobre a produção. Determinou a diminuição do percentual de etanol na gasolina para diminuir a pressão durante o período da entressafra. Além disso, políticas públicas têm sido adotadas para aumentar a oferta no mercado. Isso é fundamental.

O governo do Estado também tem de fazer sua parte. Como sabemos, quanto ao ICMS sobre a gasolina, temos o maior índice, ou seja, o nosso é o mais caro do Brasil. No ano passado, demos com uma mão e retiramos com a outra. O governo do Estado diminuiu o



preço do ICMS do álcool em 3%, reduzindo-o de 25% para 22%, contudo aumentou o ICMS da gasolina. Devemos também cumprir a nossa parte. Enquanto em outros Estados a média é 18%, em Minas temos 25%. Se cada um não fizer sua parte, não conseguiremos vencer essa guerra. Como V. Exa. bem lembrou, o governo da Presidenta Dilma tem feito, com muito rigor, o acompanhamento dos preços, e isso tem dado resultado. V. Exa. está de parabéns pelo pronunciamento. Obrigado.

O Deputado Elismar Prado* - Apenas para concluir, Presidente. Agradeço ao Deputado Carlin Moura e lembro que tudo isso depende de um esforço coletivo. Apenas para ressaltar e finalizar, acrescento ao que foi dito que os mineiros ficaram sem opção. A gasolina está muito cara e o álcool ainda é inviável em Minas Gerais, já que o ICMS é 22%. Apresentei uma proposição nesta Casa que reduz a carga tributária de 22% para 12%, como ocorre em São Paulo, o que aumentará a nossa competitividade, gerará emprego no setor sucroalcooleiro e viabilizará a utilização do álcool combustível, do etanol em Minas Gerais. Obrigado, Sr. Presidente. Continuaremos na luta em defesa do consumidor de nosso Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fred Costa* - Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de cumprimentar, primeiramente, o Presidente em exercício, Deputado Inácio Franco; meus pares, Deputados e Deputadas presentes; senhoras e senhores; e telespectadores da TV Assembleia. É com alegria que venho aqui, mais uma vez, trazer uma boa notícia para a cidade de Belo Horizonte. Refiro-me à notícia sobre o Conjunto IAPI e faço questão de ressaltar que não será utilizado um centavo de recurso público. Após um esforço contínuo e mútuo da sociedade civil organizada, de parlamentares - a exemplo dos Deputados João Leite, Sávio e este Deputado -, do Ministério Público e das construtoras e após termos anunciado a construção da trincheira que liga Nova Lima a Belo Horizonte, agora venho trazer-lhes essa notícia. Vale lembrar que o conjunto IAPI foi o primeiro conjunto habitacional verticalizado do Brasil, concebido no pós-guerra pelo visionário JK. Na oportunidade, como Prefeito de Belo Horizonte, no mesmo momento em que se abriam diversas vias, dentre elas a Av. Afonso Pena, iniciava-se a construção do Conjunto IAPI. Esse conjunto tradicional da cidade de Belo Horizonte, há 30 anos, já carecia de manutenção, e por meio do esforço do meu mandato e desta Casa, conseguimos isso.

Temos de fazer justiça e, portanto, citar o nome da empresa, a Coral Tintas, pois, com a sua anuência e com a participação da Prefeitura de Belo Horizonte, conseguimos não só a tinta necessária para a pintura e para a manutenção de todos os edifícios, como também a mão de obra, por meio do esforço de sete construtoras da cidade de Belo Horizonte.

Dessa forma, dentro de 12 meses, entregaremos o Conjunto IAPI completamente revitalizado, beneficiando diretamente as 1.500 famílias que ali residem, aproximadamente 5.000 pessoas. Entregaremos também para Belo Horizonte um presente, lembrando que, concomitantemente, tem a obra, a intervenção pública da Av. Antônio Carlos. Com isso, naquele vetor da região da Pampulha, teremos verdadeiramente um presente para a cidade. Ali temos os principais pontos turísticos da cidade. Aquele espaço remeterá ao Mineirão, que já foi palco de diversas belas apresentações, principalmente do Clube Atlético Mineiro, e sediará, em breve, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Aqueles que forem, num futuro próximo, assistir aos jogos de futebol, irão deparar com o IAPI muito mais belo, e não aquilo com que deparávamos e machucava todos nós, que amamos Belo Horizonte e Minas Gerais. Era uma poluição arquitetônica e, sobretudo, visual, a partir da depredação daqueles imóveis. Os moradores tiveram muito mérito e paciência por esperar tantos anos para que fosse viabilizada essa importante intervenção.

Já que se tem a Copa, não podemos nos esquecer dos legados possíveis para ela e externar aqui uma total insatisfação. Quero lembrar que o PIB de Belo Horizonte é o quarto maior do Brasil, porém, numa pesquisa, em infraestrutura, Belo Horizonte ostenta apenas a sétima colocação, o que nos remete à grande responsabilidade de cobrar do poder público, sobretudo do Executivo municipal, obras estruturantes que trabalhem para a qualidade de vida dos 2.388.000 belo-horizontinos, de acordo com o último censo. Precisamos de infraestrutura e de melhoria do transporte público coletivo, que influenciará diretamente a qualidade de vida do povo belo-horizontino. Já irei conceder um aparte ao nobre colega, Deputado Paulo Lamac.

Quando afirmo essa necessidade, não é simplesmente exercício de achismo ou motivado por um sentimento crítico. Muito mais do que isso, pesquisas realizadas indicam que a prioridade para os municípios em Belo Horizonte é a mobilidade urbana. Envergonha-me e entristece-me o fato de já ter nascido praticamente escutando sobre a necessidade do metrô. Em 1981, anunciaram a construção do metrô de Belo Horizonte, que contaria, no mínimo, com 100km. Em 2010, temos apenas 37km de metrô e um transporte público coletivo que não funciona e sacrifica o trabalhador e aqueles que utilizam seu veículo de passeio. Hoje, em Belo Horizonte, há um veículo de passeio na proporção para 1,4 moradores. Qual é a alternativa para isso? Repito, a melhoria do transporte público coletivo. Em Xangai são 420 estações para um metrô de 420km, e se está planejando para até 2020 877km de metrô. Em Londres são 408km de metrô e 207 estações. Eu poderia citar outros tantos metrôs que são modelos a serem seguidos por Belo Horizonte, e não esse paliativo de linha de ônibus com via prioritária, sem nenhum tipo de preconceito. Não podemos ignorar que, se Belo Horizonte pode copiar Xangai, Londres, Nova Iorque, Pequim, Tóquio ou Barcelona, que promoveu o Pacto de Mobilidade, por que vamos copiar Bogotá? Bogotá fez um mero paliativo, que não é solução do problema. Os gestores daquela cidade têm o mérito porque o problema era crônico, mas ajudariam, de forma muito mais entusiástica, se tivessem dado àquela cidade a verdadeira solução, que é o metrô.

O Deputado Paulo Lamac (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Fred Costa. Parabens-o pelo assunto muito relevante, trazendo a lembrança o recente anúncio do início das obras de revitalização do IAPI, marco da nossa Capital, primeiro conjunto vertical na nossa cidade. É a primeira obra do programa Adote um Bem Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte. Foi uma bela iniciativa da nossa Fundação Municipal de Cultura, que contou com a participação de vários parlamentares, com o mandato de V. Exa. É uma parceria importante da Prefeitura. É apenas a primeira de uma série de obras importantes, que estão sendo capitaneadas pelo programa Adote um Bem Cultural, de iniciativa do Prefeito Márcio Lacerda. O IAPI é um marco, repito, da nossa cidade. V. Exa. fez referência à infraestrutura da nossa Capital, com a qual tenho de concordar. Realmente não temos dúvidas de que Belo Horizonte precisaria estar num estágio ainda mais avançado com relação às obras de infraestrutura. Percebemos, nos últimos anos, um volume grande de aporte de recursos federal, estadual, de recursos próprios, mas foi insuficiente para que a nossa Capital tivesse a infraestrutura necessária. Temos hoje projetos. Belo Horizonte não tinha antes nem mesmo projetos nem recursos. Hoje temos os projetos. Temos de lembrar que, durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, não tivemos aporte de recursos



federais. Não só o Presidente Fernando Henrique não gostava de Minas como não vinha a Belo Horizonte. Não houve aporte de recursos federais naquele tempo. Nenhuma obra com recursos federais significativos aconteceu em Belo Horizonte. Realmente, tivemos de correr atrás do prejuízo nos oito anos de governo Lula. Tivemos um aporte maciço de obras na nossa Capital. Podemos citar a Avenida Antônio Carlos, as diversas obras do Vila Viva, que estão mudando a face das vilas e favelas. Temos agora de correr atrás do prejuízo que herdamos de um governo que não investiu, que foi o governo Fernando Henrique Cardoso.

Gostaria de citar, Deputado Fred Costa, a obra que já foi realizada, mas infelizmente não nos mostrou resultado. Refiro-me à obra do corredor da morte, segundo o jornal "Hoje em Dia" da semana passada. O corredor da morte de Belo Horizonte, que alguns de nós talvez não saibamos, é a Avenida Cristiano Machado. Os dados estatísticos, publicados pelo jornal "Hoje em Dia" na quinta-feira da semana passada, demonstram claramente que a Linha Verde é a via com maior volume de acidentes da Capital. Apesar de ser bem mais curta do que o Anel, tem um volume muito maior de acidentes, inclusive de acidentes fatais, acidentes de motocicletas, em função de problemas de projetos: faltam as passarelas, que só estão sendo implantadas agora e, no projeto originalmente apresentado, faltaram viadutos. Enfim, realmente, essas obras de infraestrutura fazem falta à nossa cidade. Esperamos que, da união de forças entre o governo municipal, estadual e federal, consigamos correr atrás desse prejuízo que tivemos aqui há tanto tempo. Agradeço o aparte.

O Deputado Fred Costa* - Deputado Paulo Lamac, gostaria aqui de fazer justiça e ressaltar, mais uma vez, o trabalho do Governador Anastasia. V. Exa., com muita capacidade, aliás característica sua, no final provocou a formação de um pacto entre o governo federal, estadual e municipal. Quero aqui anunciar os novos pares. O Governador Anastasia já se comprometeu. Falou que sua parte fará para o desenvolvimento de Belo Horizonte, para a melhoria da qualidade de vida dos belo-horizontinos e daqueles que vivem na Região Metropolitana. Aliás, nossa Região Metropolitana é a 7ª maior da América e a 3ª maior do Brasil. Anunciou que sua contrapartida será feita, assim que o governo federal ou municipal conseguir viabilizar os recursos. Ele disponibilizará, para cada uma das linhas, os R\$400.000.000,00 necessários. Da parte do governo do Estado, já está comprometida a liberação dos recursos em contrapartida. Antes de conceder aparte ao Deputado João Leite, gostaria de corrigir o que falei neste Plenário. Disse que Belo Horizonte tinha 30km de metrô, algo que envergonhava a todos nós, pois é uma distância muito aquém da necessidade. Lembro que todas as cidades que têm metrô considerado razoável têm acima de 250km desse transporte. No entanto eu estava errado, pois aumentei 2km, pois temos apenas 28km de metrô, com 19 estações. Esse metrô não dá conta de atender a 5% da população de Belo Horizonte que utiliza o transporte público coletivo, o que dirá as pessoas da Região Metropolitana. Devemos pensar políticas públicas de transporte, de saúde e de meio ambiente dentro da concepção de região metropolitana.

O Deputado João Leite (em aparte) - Nessa época estava vivo e acompanhei tudo. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou as Estações Horto, José Cândido da Silveira, Minas Shopping, São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo, Floramar, e Vilarinho. Foram oito estações de metrô inauguradas por Fernando Henrique Cardoso. Ele inaugurou também as obras do Prosam, que retirou as famílias do Vale do Arrudas, do Sarandi e do Ressaca. Fernando Henrique Cardoso duplicou 600km da Fernão Dias, de Belo Horizonte a São Paulo. Deputado Fred Costa, o que temos em Belo Horizonte e que V. Exa. está constatando é a herança maldita do PT. É isso o que temos: ausência total de infraestrutura. Não fizeram absolutamente nada em praticamente 20 anos à frente dos destinos de Belo Horizonte. É constatação, é só pegar os números e ver: a duplicação da Avenida Antônio Carlos foi de Aécio Neves, PSDB; a Prefeitura fez uma parte pequena. Agora reclamam da Linha Verde e do Boulevard Arrudas. Aécio Neves fez tudo. E o que o PT fez durante esse tempo? Zero, absolutamente nada em Belo Horizonte. Vimos, nos oito anos do governo Lula, zero, nada de infraestrutura foi feito, e abandonaram o metrô.

O Sr. Presidente - Deputado João Leite, atente ao tempo.

O Deputado João Leite (em aparte) - Atenderei ao pedido do Deputado Inácio Franco, porque tenho o maior respeito por V. Exa. Não farei o que outros fizeram, quando colocaram o dedo no rosto de V. Exa., xingaram palavrões, uma verdadeira baixaria. Eu respeito V. Exa. e devolvo a palavra ao Deputado Fred Costa, agradecendo-lhe muito, Deputado Inácio Franco.

O Deputado Fred Costa* - Muito obrigado. Gostaria de lembrar o Executivo Municipal que deveríamos copiar os bons exemplos. A cidade de Barcelona, no ano de 1998, criou o Pacto da Mobilidade. A melhora foi considerável nessa cidade. Que atitudes foram tomadas para que isso acontecesse? Prioritariamente, fez-se investimentos no metrô com a ampliação das linhas e, por consequência, do raio a ser atendido. Além disso, fez-se a integração do transporte público e estacionamentos subterrâneos para a cidade, por sua topografia, permitir a instalação de ciclovias. Outra ação foi convidar os cidadãos a conhecerem melhor a legislação de trânsito e a respeitá-la. E o resultado disso foi uma melhora significativa no trânsito.

Portanto, é responsabilidade do poder público, sobretudo do Executivo Municipal e Federal, trabalhar para a melhoria da mobilidade urbana em Belo Horizonte. Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou até estranhando, porque há dois meses estou tentando marcar a minha participação no pinga-fogo, sem falar que sou sempre o 15º, 18º. Na verdade, hoje eu era o 6º, mas acabei me tornando o 11º. Queria fazer uma reclamação à assessoria da Casa. Há aproximadamente dois meses que não me pronuncio, pois sempre sou um dos últimos. Hoje tenho apenas 9 minutos para falar; mas será o bastante para a nossa manifestação.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queria falar sobre algo que está me incomodando bastante, que é o estado de greve que se vive em Minas Gerais. Não vejo esse incômodo por parte da Base de Governo nesta Assembleia. Na semana passada, a Polícia Militar fez uma movimentação de 10 mil policiais, mas nada saiu na imprensa. A Polícia Civil está em greve - há faixas nas delegacias -, mas também não ouvimos ninguém falar nada sobre isso nem manifestação alguma por parte do governo. As professoras entrarão em greve. A área da saúde já está em greve. Para a população menos avisada, parece que, em Minas Gerais, está tudo a mil maravilhas e que nada está acontecendo. O nosso Governador Anastasia não está obtendo informações corretas. Isso nos faz lembrar a época de Eduardo Azeredo. Quando a Polícia Militar, em posicionamento semelhante, encontrava-se em movimento de greve, fomos até lá avisá-lo e ele nos disse: "Não, está tudo tranquilo. O Comando disse que a tropa está sob controle". Na verdade, houve até morte na manifestação. Não estou vendo preocupação por parte das pessoas que dizem ser amigas do Governador. Esse é um assunto



no qual a Assembleia terá de envolver-se, pois, na hora em que “empipinar”, o problema vem para cá e nunca para o Palácio. O pessoal vem se manifestar nas galerias, como, por exemplo, as Polícias Civil e Militar.

Portanto está na hora de o governo prestar atenção no que está ocorrendo, Deputado Rogério Correia, em Minas Gerais. Estão acabando com a Polícia Civil. Papagaios, que é a quinta cidade mais violenta de Minas Gerais, já está há um ano sem Delegado. Digo isso com a maior tristeza, pois sou Deputado majoritário lá há quatro mandatos. Nenhuma providência foi tomada. Participamos de uma reunião nessa cidade com o Prefeito, na Defensoria Pública com o Deputado Lafayette de Andrada. Na verdade, nem se anotou que se tomaria providência. Estão levando o negócio na brincadeira e na irresponsabilidade em relação à segurança pública em Minas Gerais, pois ficam lá manipulando dados e fazendo levantamentos. Quando vamos à delegacia do interior, verificamos que, em vez de apurarem inquéritos, estão preenchendo questionários para saberem quantas pessoas entraram e saíram da delegacia, quantas foram atendidas e o que foi feito. Deveria ter perguntado a eles para que isso. O povo precisa de resultado prático e da efetividade da Polícia Civil, principalmente da Polícia Civil, que está em greve. O governo está desconhecendo essa greve, Deputado Bonifácio Mourão, assim como desconheceu a das professoras. Cansamos de dizer aqui que as professoras estavam entrando em greve, mas nos respondiam: “Não. É só meia dúzia de escola que está entrando em greve”. Quando o governo acordou, quase 70% das escolas de Minas Gerais estavam paralisadas. Isso está acontecendo com a Polícia Civil, que precisa ter um melhor atendimento por parte do governo ou que pelo menos converse com as suas lideranças. Há uma insatisfação geral.

Ao chegar na delegacia de Pará de Minas, Deputado Bonifácio Mourão, se não levamos papel ou “toner” para a copiadora, não há serviço, não há como trabalhar, não há veículo, não há estrutura. Uma cidade importante como Pará de Minas, sede regional, está totalmente abandonada. Há uma lógica que queriam estabelecer, Deputado Bonifácio Mourão e representantes, para acabar, por meio de um projeto não sei de quem, de qual louco ou maluco, com a Polícia Civil de cidades com menos de 10 mil habitantes, Deputado Vanderlei Miranda. É quando vemos que a Polícia Militar está engolindo o trabalho da Polícia Civil, que são trabalhos diferentes. Isso está acontecendo e dizem que não se pode falar, não se pode discutir. Mas temos de discutir sim, temos de apresentar essas questões em defesa do nosso Estado, em defesa do nosso cidadão. Há pessoas que fazem planejamentos, principalmente na área de segurança, Deputado Bonifácio Mourão, com empresas que o governo contrata, as quais não conhecem segurança pública. Segurança pública não é planejar qualquer coisa não. O funcionamento é diferente, é mais complexo, mais difícil. Estamos passando por um problema que não acontece só por culpa do governo. Vemos as drogas tomarem conta da nossa juventude. Então é preciso acordar, temos de participar. Nós, como Estado, perdemos o controle sobre as drogas, e estamos perdendo essa guerra por incompetência do governo federal, que deveria combater mais as nossas fronteiras, mas não o faz porque não quer. Capacidade de combater existe, há o Exército, a Aeronáutica, a Marinha. Por que eles não podem trabalhar em benefício do nosso povo? Quanto aos Estados, dá-se a mesma coisa, porque não há estrutura para esse combate e isso está tomando conta da nossa juventude, acabando com ela.

Portanto, temos de apresentar essa questão, e este é um dos pontos que trago aqui hoje: a Polícia Civil está de greve. Será que o governo Anastasia, Deputado Rogério Correia, sabe disso? Ele sempre foi muito de conversar, por isso creio que as informações não estão chegando até ele. Há pessoas de setores mais baixos, terceiro, quarto escalão, discutindo isso, o que não pode acontecer, pois esse é um assunto de Estado, de segurança. E assunto de segurança quem deve discutir é o nosso Chefe maior, o Governador.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Serei breve, Deputado Antônio Júlio.

Aproveito a presença das lideranças da Polícia Civil que aqui se encontram, por exemplo, o Denilson, e as demais categorias que se encontram em campanha, como policiais militares, Deputado Sargento Rodrigues, assim como as professoras, minhas colegas, para dizer que hoje o governo entregou a esta Casa a LDO. A previsão do governo é de uma receita 12% maior em 2012, com o ICMS 15% impulsionado pela alta do minério. Quer dizer, 12% a mais na receita. Não há previsão de nem um centavo de aumento para nenhum servidor público. O Deputado Antônio Júlio tem razão, o governo continua desconhecendo completamente o movimento que está acontecendo em defesa do serviço público, que foi achatado nesses oito anos do governo Aécio Neves.

Por falar em Aécio Neves, é preciso dizer que ele veio, neste fim de semana, a Belo Horizonte. Dessa vez parece que ele não foi ao Rio de Janeiro, talvez porque estivesse chovendo lá; então preferiu vir a Minas. Chegando aqui, conversando com o Governador Anastasia, ele descobriu que há uma dívida de 60 bilhões, impagável. Perguntamos: E o déficit zero? Onde foi parar o déficit zero, que até placa de déficit zero inauguraram no Estado? Agora estão apertados com uma dívida de 60 bilhões, querendo justificar, junto aos servidores públicos, por que não poderão dar aumento. Mas não é verdade. A própria Secretária Renata Vilhena disse nesta Casa que apenas 37% estão destinados ao pagamento do servidor público, e não mais os 48%, pelo novo cálculo, retirando-se os inativos. Então há folga orçamentária para pagar os servidores. Eu ainda perguntei isso à Secretária, e essa foi a única coisa útil que ela disse naquele dia em que veio aqui fazer um “show” de choque de gestão, reiterando o déficit zero que não existe. Portanto, são 60 bilhões de dívida que o Aecinho deixou, o Estado falido, e agora ele reconhece a dívida que foi se avolumando. Na época do Itamar Franco, a dívida era de 14 bilhões; quando chegamos a 60 bilhões, uma negociação foi feita entre FHC, elogiada aqui pelos tucanos - Deus me livre, não sei como alguém tem coragem de se lembrar do FHC e ainda elogiar! Ou seja, 60 bilhões de dívida, Deputado Antônio Júlio. Agora uma receita 12% maior, e eles querem entrar com uma dívida para não pagar aos servidores. Então V. Exa. está com toda a razão quando traz essa discussão a público.

O Deputado Antônio Júlio - Meu tempo está-se acabando. Há dois Deputados querendo falar, mas gostaria de me referir à dívida pública. Há seis anos tenho discutido essa dívida. Quando o Governador falou do déficit público, eu já fazia essa denúncia. Não é só culpa do governo atual. A culpa vem lá de trás, do governo Eduardo Azeredo, que negociou a dívida muito mal. Até o próprio Governador Aécio Neves - hoje Senador - está um pouco mal informado. Ele fala que o indexador é a TJLP; está enganado, é o IGP-DI, que é pior. Ele é o dobro da TJLP.

O mais grave, Deputado Bonifácio Mourão, são 7,5% de juros. Temos de fazer alguma coisa em defesa de Minas, que vai pagar R\$400.000.000,00 de juros por mês. É um dinheiro que não temos para investir. Não temos esse recurso, mas somos obrigados a pagar a rolagem da dívida. Acredito que esteja na hora de fazermos alguma coisa. O Deputado Adelmo Carneiro Leão está levantando a Frente para fazermos a discussão. Não temos de discutir se o responsável é o Lula, se é a Dilma ou se é o Aécio. A dívida foi mal



negociada. Fui o único Deputado, à época, a levantar essa questão. E o Itamar Franco, quando assumiu o governo, também fez o mesmo.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Ele fez moratória.

O Deputado Antônio Júlio - Ele levantou essa questão. E a situação ficou grave. Não somos nós que estamos fornecendo esses dados, eles foram dados pela equipe de governo, que apenas consolidou o que já sabíamos.

Estou terminando, Sr. Presidente. É isso que precisa ser discutido. Digo ao Senador que o indexador não é a TJLP, é o IGP-DI, que é o dobro da TJLP. Se fosse a TJLP, o nosso infeliz endividamento teria diminuído um pouco.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, nós, do Bloco Minas sem Censura, vamos votar favoravelmente ao projeto de lei do Deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Nova o imóvel que especifica.

Como disse anteriormente a V. Exa. e aos meus colegas, não estamos fazendo obstrução ao conjunto da pauta. Temos apenas uma divergência: a inclusão das indicações dos nomes que comporão o governo do Estado - ou deveriam compor no futuro -, as fundações e as autarquias. Como até às 16h30min, que era o prazo da reunião, elas não entraram na pauta, estamos de acordo em votar os projetos de lei.

Ressalto apenas a divergência. De fato, não teríamos condições de votar nomes que já estão trabalhando e que ferem a Constituição, por terem sido indicados anteriormente à apresentação nesta Assembleia Legislativa. Não foram sabatinados e não foram apreciados no Plenário, e já estão trabalhando. Um deles nem trabalhando já está, pois hoje foi demitido por ser ficha-suja, o que não é o caso do Ministro Palocci. Algo terá de ser investigado, como tem de ser investigado a Land Rover que o Senador Aécio Neves dirigia no Rio de Janeiro, oriundo de verba pública. Esse carro foi destinado à rádio por sua irmã Andréa Neves, que coordenava todo o processo de verbas públicas que iam para as rádios, incluindo a rádio Arco-Íris, que era dela. Portanto, é dinheiro público que vai para a sua rádio, e o Senador Aécio Neves está no Rio de Janeiro com a Land Rover dessa rádio.

Tanto as questões do Palocci quanto as do Senador Aécio Neves devem ser investigadas. A diferença é que o governo federal nem a imprensa fazem a blindagem ao governo federal. O que for um equívoco tem de ser apurado. Então, deveria ser apurada essa rádio do Senador Aécio Neves. Aliás, tenho requerimento, que nunca é votado nesta Casa, para verificar o porquê de recursos públicos terem ido para a rádio Arco-Íris e por que ela tem uma Land Rover, que estava no Rio de Janeiro, com mais seis carros de luxo. Todos os carros têm multas do Rio de Janeiro e ficam a serviço de Andréa Neves e Aécio Neves.

Esse caso, bem típico de Minas, embora tenha ocorrido no Rio de Janeiro, precisa ser explicado. A própria Assembleia Legislativa poderia instalar uma CPI, pois há elementos para isso. Votaríamos aqui a instalação dessa CPI, e esse caso seria estudado pela Assembleia Legislativa, como se pode fazer, em Brasília, com o caso do Ministro Palocci. O próprio Senador Aécio Neves pode solicitar uma CPI no Senado, para que vejam a origem dos recursos do Ministro Palocci. Mas ele também precisa ser investigado aqui. Ocultação de patrimônio é crime! Precisamos saber se isso foi para a Receita Federal ou não. Ou seja, antes de falarmos dos outros, precisamos saber de nós.

Certamente, vamos votar favoravelmente ao projeto do Deputado Fred Costa, porque achamos justa essa doação de terreno para o Município de Ponte Nova. Da mesma forma, somos favoráveis ao projeto do Deputado Mauri Torres. Com o que não concordamos mesmo é com a votação das indicações, pois os indicados já estão trabalhando e ainda não foram aprovados. Recomendamos, ou melhor, solicitamos ao Governador Anastasia que afaste os indicados a arripio da Constituição e os nomeie depois de terem os nomes aprovados pela Assembleia Legislativa. Seria até mesmo um gesto de humildade, de quem reconhece um erro, de quem passou por cima da Constituição e da Assembleia Legislativa, mas que agora quer que o erro seja corrigido. Muito obrigado.

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/5/2011

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputado Jayro Lessa, antes de iniciar meu pronunciamento, atendendo a solicitação do Deputado Luiz Henrique, concedo-lhe aparte para que faça referência a um assunto importante.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares, pelo aparte. Sr. Presidente, recebi hoje um manifesto de mais de 100 Prefeitos da Área Mineira da Sudene - já conversei com o nobre Deputado Rogério Correia - solicitando que esta Casa se una em prol dos interesses de Minas Gerais.

Sabemos que o Senador Aécio Neves encaminhou ao Senado e à Câmara um pedido de extensão de prazo da Medida Provisória nº 512, que concede benefícios fiscais para indústrias automotivas que venham a se instalar na Área Mineira da Sudene. No próximo dia 20, a Presidente Dilma irá sancionar ou não a extensão dessa medida provisória. Portanto, apelo a esta Casa. Já conversei com o Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco Minas sem Censura, e tenho certeza de que ele, a exemplo de Humberto Costa, apoiará a extensão da Medida Provisória nº 512, tão importante para Minas Gerais. Já há empresas querendo se instalar na Área Mineira da Sudene. Então, mais uma vez, apelo, em nome de Minas Gerais, ao bom-senso. Vamos mobilizar esta Casa, juntamente com os Prefeitos e as lideranças regionais, em prol de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Parabenizo o Deputado Luiz Henrique. Essa será a única maneira que o governo federal terá para amenizar o mau serviço que prestou a nós, mineiros, quando da edição da medida provisória para levar de Minas Gerais para Pernambuco a nova planta industrial da Fiat Automóveis. Acredito que essa seja uma maneira de tentar amenizar as perdas que causaram à Minas por meio da edição dessa medida provisória.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna nesta tarde é, mais uma vez, lamentar a ausência de investimentos do governo federal em Minas Gerais. Parece-me, Deputado Rômulo Viegas, que a Presidenta Dilma quer fazer algo inédito no mundo: transformar o território mineiro em uma ilha. Já estamos ficando sem estrada; estamos ficando sem ponte; estamos



ficando sem aeroporto; e estamos ficando sem ferrovia. Considero que este seja o objetivo da Presidenta Dilma: fazer de Minas uma ilha.

Não bastasse a falta de investimento na BR-381 - assunto que nós Deputados já estamos roucos de tanto falar e reivindicar ao longo dos últimos oito anos -; não bastasse a falta de investimento na BR-040, Belo Horizonte-Barbacena; não bastasse a falta de investimento no Anel Rodoviário de Belo Horizonte; não bastasse a falta de investimento no metrô da nossa Capital; não bastasse a falta de investimento em segurança pública no nosso Estado; o Ministro da Fazenda da Presidenta Dilma tem feito um "road show" no mundo, levando aos quatro cantos do planeta as principais obras do governo federal no País. Ele diz que o Brasil se encontra em um momento excepcional, e que os poucos gargalos de infraestrutura que ainda existem serão solucionados pelo governo federal.

Quando faz uso desse discurso para levar os investidores estrangeiros a acreditarem mais no Brasil, ele apresenta este "paper", com o mapa do Brasil e os investimentos prioritários do governo federal para os próximos quatro anos. O único Estado que não está aqui contemplado com investimentos de primeira importância, de primeira linha, é Minas Gerais, o que comprova mais uma vez que a vontade e o objetivo do governo federal e da Presidenta Dilma é fazer de Minas uma ilha sem qualquer investimento.

Entre os investimentos listados aqui, temos a Hidrelétrica Santo Antônio, no Norte do País; a Ferrovia Norte-Sul; a BR-101, no Rio Grande do Sul; o Rodoanel de São Paulo, no qual o governo vai investir, embora São Paulo já tenha um rodoanel praticamente pronto; o metrô de São Paulo, de 50 a 100 vezes maior do que o de Belo Horizonte, dos mineiros - mesmo assim, o governo federal alardeia mundo afora que vai continuar investindo no metrô de São Paulo -; o Angra 3 - apesar do que aconteceu no Japão recentemente com as usinas nucleares, o governo federal está investindo e aportando recursos na Usina Angra 3 -; o Porto de Santos; o Porto de Açu; outra ferrovia e ainda a Usina Belo Monte; mas nada em Minas Gerais.

Trato disso não para fazer picuinha política; o que quero é chamar a atenção e pedir a colaboração das Deputadas e dos Deputados do PT, que aqui cumprem o seu papel, para convencer o governo federal a investir em Minas, começando do nosso Aeroporto Internacional de Confins. Minas já é geograficamente privilegiada porque se encontra praticamente no centro do País. Confins é comprovadamente um dos melhores aeroportos do País, é dos que menos fecham por questões climáticas e tem previsão para sua expansão - para o segundo terminal, para o aeroporto industrial, tudo programado e planejado. Aliás, o governo de Minas gastou e investiu contratando uma consultoria, em Cingapura, de mestres e doutores em expansão de aeroportos em todo o mundo. Hoje, temos o Masterplan - apresentado no final do ano passado, na nossa Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, pelo Subsecretário de Assuntos Internacionais, Luiz Antônio Athayde - até 2030, planejado; tudo pronto.

Antes de conceder aparte ao Deputado Rômulo, gostaria, então, de conclamar os Deputados do PT nesta Assembleia Legislativa a nos ajudarem a mostrar ao governo federal e à Presidenta Dilma que o Aeroporto de Confins é, sim, prioridade. No meio de abril, o Ministro Palocci chegou a anunciar que os aeroportos de Guarulhos, de Campinas - Viracopos -, de Brasília, de Belo Horizonte - Confins - e do Rio de Janeiro - Galeão - seriam lançados no primeiro edital para parceria com a iniciativa privada, que é o que todos defendemos e, na verdade, é a saída e a solução para os problemas dos aeroportos de todo o Brasil. Isso aconteceu no mês de abril. Passados 15 dias, quando já estávamos comemorando, otimistas quanto às obras do Aeroporto de Confins com vistas à Copa do Mundo, em 2014, recebemos uma ducha de água fria do governo federal, que disse que iria priorizar o que precisa ser priorizado e, nesse mote, priorizou Guarulhos e Viracopos, o aeroporto de Campinas.

Convenhamos, senhoras e senhores: respeito o povo e a cidade de Campinas, mas acho, Deputado André Quintão, que nós, mineiros, e Confins temos força e peso muito maiores do que os do Aeroporto de Viracopos, até mesmo para a malha aeroviária.

Se perguntássemos às companhias aéreas qual dos aeroportos precisa ser ampliado com maior prioridade, Viracopos ou Confins, com certeza elas diriam Confins. Mas, na contramão disso tudo, o governo federal anuncia que apenas os aeroportos de Viracopos, de Guarulhos e de Brasília seriam contemplados nesse primeiro momento com a PPP.

Deputado Rômulo Viegas, não me esqueci de V. Exa. Daqui a pouco lhe concederei um aparte.

Gostaria de dizer que Minas não abre mão e não desistiu dessa batalha. Deputado Carlos Mosconi, na semana passada, o governo de Minas foi a Brasília e entregou à Infraero um projeto feito por estudiosos e empresas de Cingapura, que têm um Masterplan para o aeroporto até 2030. Eles apresentaram à Infraero uma nova possibilidade, convidando-a a participar desse novo modelo da PPP, onde participariam o governo do Estado, a própria Infraero e, principalmente, a iniciativa privada. De novo a bola estará com a Infraero e com o governo federal. Em 2014 já teremos um aeroporto com as obras de expansão do Terminal 1 prontas. Aliás, ontem foram abertos os envelopes, mas não foi anunciado o vencedor da licitação de expansão do Terminal 1. Mesmo que essas obras de expansão do Terminal 1 estejam concluídas, a sua previsão de expansão será para um fluxo de 8.500.000 passageiros por ano, sendo que 7.500.000 já tivemos no ano de 2010. Em 2014, se não me engano, teremos mais de 10.000.000 de pessoas. Portanto, um déficit de 2.000.000 de pessoas. Ora, o governo federal pretende investir um valor de R\$300.000.000,00 na expansão do Terminal 1 para ficar pronto em 2014, e já terminará as obras, precisando de mais dinheiro. Isso demonstra claramente a falta de planejamento do governo federal, em especial, da Infraero, Deputado André Quintão.

Eu e o Deputado Jayro Lessa estávamos agora a pouco conversando no Plenário e comparando a Infraero com o DNIT - vejam a que ponto cheguei. O DNIT é o pior dos piores órgãos do mundo. Gastaremos quase R\$300.000.000,00 na expansão do Terminal 1, que não servirá para a Copa de 2014.

Antes de concluir, Sr. Presidente, concedo um aparte ao Deputado Rômulo Viegas e, em seguida, ao Deputado André Quintão. Peço-lhes que sejam rápidos e rasteiros como a linha do Atlético Mineiro.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares. V. Exa. faz um pronunciamento de extrema importância. Às vezes penso que o assunto privatizações foi moda na época eleitoral e agora volta à cena. No entanto, é necessário ter coragem, é necessário ter atitudes. Estamos vendo a necessidade de fazer reformas estruturantes no que diz respeito à infraestrutura. Queremos que o Brasil se destaque ao receber todas essas pessoas envolvidas e que nos visitarão na Copa de 2014. Acredito que, por parte do governo do Estado e por parte do governo federal, as intenções são boas. O que precisamos ver realmente são ações mais efetivas.



Recentemente, aqui na Casa, houve uma discussão interessante, a qual entendi como uma intervenção muito forte do governo federal no que diz respeito à gestão da Vale. E, agora, estamos vendo a Vale ser chamada para apoiar o consórcio da usina de Belo Monte. Não entendo se isso é uma concessão, uma privatização ou uma meia concessão. Quer dizer, são assuntos que daqui a pouco tempo virão à moda, e teremos condições de avaliar até onde o Estado realmente está tendo competência para assumir as suas deficiências ou repassá-las em parceria com as iniciativas privadas. A nossa preocupação com o aeroporto do Estado é grande. Gostaria de destacar o seu pronunciamento e, quem sabe, contar com o apoio dos parlamentares desta Casa que são ligados ao governo federal.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Cumprimento-o pelo pronunciamento, naquilo que tange à necessidade de uma união nossa para trazer investimentos federais para Minas.

Nesse sentido, gostaria de comentar a declaração do Deputado Luiz Henrique. A proposta do Senador Aécio Neves à Medida Provisória nº 512 foi positiva, com o objetivo de estender benefícios fiscais a empresas automotivas no âmbito dos Municípios vinculados à Sudene. Como o prazo desses benefícios será extinto em maio, se houver possibilidade, considero importante, Deputado Gustavo Valadares, que a Presidenta Dilma prorrogue o prazo dessa medida até o dia 31 de dezembro. Então deixo uma sugestão concreta.

Como foi o Deputado Luiz Henrique que trouxe o assunto, sugiro que hoje e amanhã possamos colher as assinaturas dos Deputados e Deputadas em um documento da Assembleia. O Senador Humberto Costa estará nesta Casa amanhã, na Comissão de Reforma Política, às 14 horas, oportunidade que teremos de entregar o documento diretamente a ele e, quem sabe, buscarmos equacionar a situação. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Parabenizo V. Exa. pela ideia. Sugiro também que façamos isso de maneira institucional. Não sei se o Presidente estará na Casa, mas, se estiver, que os Deputados da Assembleia Legislativa façam a entrega desse documento no gabinete da Presidência, antes ou depois da reunião da Comissão de Reforma Política, para que este se transforme realmente em uma reivindicação institucional da Casa e dos 77 parlamentares. É apenas uma sugestão.

Sr. Presidente, para terminar, peço-lhe 30 segundos. V. Exa. sempre agiu com muito boa vontade com este parlamentar e sei que me concederá isso.

Deputado André Quintão, apenas quero dizer que o caso do Aeroporto de Confins está me parecendo uma manobra para fazer de Minas um Estado fragilizado na luta pela abertura da Copa de 2014. Acreditem as senhoras e os senhores. A única coisa que falta em Minas e em Belo Horizonte, especialmente, para podermos receber a Copa na sua abertura é a expansão do aeroporto, Deputado Paulo Lamac. A questão da rede hoteleira, que era um problema, já está sendo solucionada. Temos três ou quatro hotéis cinco estrelas, de primeira linha, que já estão sendo construídos e estarão concluídos até o final de 2013. V. Exa. conhece muito bem, pois acompanha o Prefeito em suas andanças. Até antes da Copa das Confederações, lembra-me o Deputado João Vítor Xavier - já vou terminar, Sr. Presidente. Então a questão hoteleira já está resolvida. Quanto à mobilidade urbana, Belo Horizonte é a cidade que mais tem trabalhado para tentar resolver o problema. Esse é o grande desafio das grandes metrópoles, das grandes cidades. Em referência aos estádios, Minas é o Estado que está mais avançado, em dia com suas obrigações. O que falta é um aeroporto adequado para atender os turistas de todo o mundo. O belo-horizontino sabe receber como ninguém os turistas, em especial, os estrangeiros. Falta-nos boa vontade do governo federal para apresentarmos um aeroporto de primeira linha. Muito obrigado, Presidente, pela boa vontade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me trouxe a esta tribuna foi um pronunciamento feito ontem, nesta Casa, quando se afirmou que não existe déficit zero em Minas, que isso é história, que não é verdade.

Então procuramos apurar a verdade ou não do déficit zero em Minas Gerais. Para isso, contamos com a participação direta do Deputado João Leite. Conseguimos uma divulgação, com o Secretário de Fazenda, que já havia sido apresentada no documento "Informações da dívida fundada", no dia 16 de maio.

Em 31/12/2010, a dívida atingiu o total de 64,4 bilhões de reais, sendo que 3 bilhões de reais são relativos a financiamentos obtidos em organismos internacionais, tais como Bird, BID e assim por diante, que perfazem a dívida externa. O saneamento das dívidas em Minas Gerais contribuiu muito para que contássemos com o endividamento externo, com o financiamento do BID e do Bird para tantas obras em Minas, inclusive do Proacesso. Perfazem a dívida interna 61,4 bilhões de reais, sendo dívida renegociada 54,8 bilhões de reais; e outras dívidas, incluindo a Cemig, 5,1 bilhões de reais.

Vamos fazer uma análise histórica para chegar à conclusão de se existe ou não déficit zero em Minas Gerais. Dívida negociada em 1998, quando o Governador era Eduardo Azeredo: 10,1 bilhões de reais de dívida mobiliária, e 4,7 bilhões de reais de saneamento do sistema financeiro. No tempo de Eduardo Azeredo, tínhamos uma dívida externa de 14,8 bilhões de reais. Em 2002, o estoque da dívida já chegava a 27,9 bilhões de reais. Isto é, no governo do PMDB, que veio após Eduardo Azeredo, a dívida aumentou 88% em quatro anos. No governo de oito anos de Aécio e Anastasia, a dívida aumentou 96%. Aumentou mais em quatro anos do que em oito.

Isso aconteceu porque, no governo Aécio e Anastasia, a dívida foi amortizada em 17,7 bilhões de reais, em pagamento de juros e do principal. Em 1998, a renegociação da dívida era imperativa para o Estado de Minas Gerais, assim como para todos os outros Estados brasileiros. Todos queriam a renegociação. De 1998 para cá, já se passaram 13 anos, nos quais as coisas mudaram. Em 1998, tínhamos resquícios fortes de inflação, que hoje, lamentavelmente, está voltando. Aquela renegociação feita no governo Eduardo Azeredo de 1998 era necessária. Todos os Estados e Municípios brasileiros estavam querendo a renegociação, que foi feita.

Quais foram os problemas advindos da renegociação? Correção: o índice pactuado, IGP-DI, mais 7,5% ao ano. No período, enquanto o IGP-DI acumulou acréscimos de 203,7%, o IPCA cresceu apenas 120,2%, índice também acumulado. Comprometimento da receita: 13%. Há muito tempo o Confaz tem buscado alternativas para reduzir o percentual, mas não consegue. O serviço da dívida em 2011 deverá ficar de 3,8 bilhões de reais a 4 bilhões de reais, absolutamente dentro dos limites orçamentários de 13% da receita.

O Estado de Minas Gerais, mais uma vez, em 2011, terá déficit zero. Déficit é o desequilíbrio entre a receita e a despesa. Quando Aécio Neves assumiu em 2003, o desequilíbrio era de 2,4 bilhões de reais. Em menos de um ano, ele chegou ao déficit zero, não



houve mais um desequilíbrio entre receita e despesa. Não vamos confundir déficit com dívida do Estado. O governo federal deve mais de 1 trilhão de reais em dívida interna. Todos sabem disso. Déficit é o desequilíbrio entre a receita e a despesa. Esse desequilíbrio, que era de 2,4 bilhões de reais quando Aécio assumiu, acabou. Em 2011, será novamente déficit zero. Os juros da dívida estão incluídos no Orçamento de 2011.

Crescimento da receita em 2011. Embora no primeiro quadrimestre tenha ocorrido crescimento próximo a 12% em relação ao mesmo período do ano anterior, esse percentual não deverá ser mantido durante o ano.

O primeiro quadrimestre de 2010 ainda refletia parte da crise financeira de 2009, e o segundo, particularmente em agosto, apresentou expressivo aumento de receita decorrente de anistia de dívida ativa.

Chamo a atenção, ao final destas considerações, de todos os Deputados e de todos os que nos estiverem assistindo. Precisava haver disponibilidade decorrente de possível redução do índice de comprometimento. O serviço da dívida em 2011 estará na casa de 4 bilhões de reais, correspondente a 13% da receita corrente líquida. Havendo redução, mínima que seja, por exemplo, se o governo federal fizer com que o serviço da dívida caia de 13% para 10% em Minas Gerais e em outros Estados, o governo do Estado terá pelo menos R\$1.000.000.000,00 para suas atividades, até para reajuste dos vencimentos de servidores de modo geral. Isso precisa ser dito aqui, já que se cobra tanto do Estado.

A destinação da receita de Minas precisa ficar esclarecida também. O pessoal: 37%. Mas por que 37%? Porque o Presidente Lula, no final do seu governo, assinou um decreto para beneficiar o Rio de Janeiro e a Bahia, retirando pensionistas e aposentados dessa soma. Aí ficou em 37%. Mas só os encargos gerais do Estado, que abrangem aposentados e pensionistas, respondem por mais 15%. Então, vai de 37 para 52. Os outros Poderes - Judiciário, Legislativo -, incluindo o Ministério Público, mais 11%. Só aí vai para 63%. Sem falar nos investimentos obrigatórios com a educação, a saúde e assim por diante. Esses esclarecimentos eram necessários.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão, Líder do nosso Bloco Transparência e Resultado. V. Exa. esclarece, de forma muito objetiva, muito real e concreta, a diferença entre a dívida e o déficit zero. Não é à toa que o Banco Mundial recebeu muito bem o ex-Governador Aécio Neves e o então Governador Anastasia, aplaudiu o choque de gestão de Minas e tornou-se parceiro do governo do Estado, reconhecendo a eficiência da gestão administrativa. Portanto, que isso fique esclarecido.

A dívida interna do Estado não tem nada a ver com o déficit zero, que procurou reequilibrar despesas e receitas no contexto do Orçamento do Estado. A dívida do Estado vem rolando há alguns bons anos, assim como a dívida do governo federal. Vários gestores públicos nas esferas federal e estadual tiveram esse problema; as dívidas de cada ente federado se acentuaram.

Mas, na verdade, meu pronunciamento é para novamente fazer uma reflexão aqui, Deputado Bonifácio Mourão. O governo federal tem em suas mãos todo o controle financeiro do País com a arrecadação tributária. Se o governo federal tem sensibilidade para diminuir os juros das dívidas dos Estados, se tem sensibilidade para repassar mais recursos financeiros para Estados e Municípios, tenho certeza absoluta de que as condições da saúde, os salários dos servidores públicos, a infraestrutura e a educação seriam bem melhores. Portanto, o governo federal que está aí até o presente momento - a Presidente Dilma está demonstrando energia e disposição para fazer um bom trabalho, e esperamos que o faça - deveria ter essa sensibilidade, deveria ouvir o ex-Governador e atual Senador Aécio Neves para rever o pacto federativo. Os Prefeitos estiveram em Brasília.

Outra coisa mais grave, quando apontamos aqui a falta de investimentos "macro" - estou-me referindo a investimentos maiores - do governo federal em Minas Gerais, os colegas apresentam relações de convênios com as prefeituras e o governo federal. Mas os Prefeitos não estão recebendo esse dinheiro. Há uma burocracia forte na Caixa Econômica, os Prefeitos não recebem. Deixo esse alerta.

Explico a todos que estão nos assistindo que o déficit zero é uma coisa, a dívida pública, a dívida interna do Estado é outra. Os governos Aécio Neves e Anastasia estão de parabéns, porque tiveram o aval do Banco Mundial. Deputado Bonifácio Mourão, parabéns, pelo seu pronunciamento.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Nobre Deputado Mourão, cumprimento V. Exa. por nos trazer o assunto desse pagamento de dívida do Estado, que de fato reduziu muito a capacidade de investimento. O que Minas hoje paga em termos de dívida é mais ou menos equivalente ao volume de investimentos nos 57 projetos estruturadores. Esse é um tema que tem que fazer parte da agenda da Assembleia Legislativa. O Deputado Adelmo até propôs ao Presidente Dinis Pinheiro que instalássemos aqui uma comissão especial para que formatássemos uma proposta e a discutíssemos no âmbito do governo federal. Sinceramente, não discutirei se foi o Azeredo que contraiu a dívida. O Presidente, à época, era Fernando Henrique Cardoso. Não tenho procuração para defender o ex-Governador Itamar Franco, que hoje é Senador e que, inclusive, apoiou a eleição do Governador Aécio Neves. Creio que o governo Itamar Franco foi muito prejudicado pela retaliação do governo federal, que até mesmo impediu o ex-Governador Itamar Franco de contrair empréstimos. Durante o governo Lula, todas as vezes em que o governo estadual precisou, obteve o aval da Assembleia, da Oposição e do Ministério da Fazenda.

Estou me esforçando, Deputado Mourão, para não entrar nessas questões e olhar para frente, como fiz diante da sugestão do Deputado Luiz Henrique. Amanhã virá aqui o Senador Humberto Costa, junto ao qual faremos gestão, porque a proposta do Senador Aécio Neves - de estender a concessão de benefícios - é boa para o Estado de Minas Gerais.

No caso da dívida, é a mesma coisa. O quadro inflacionário mudou, está diferente do daquele período. A economia brasileira está mais sólida, e o Estado brasileiro está mais forte. Acho pertinente todos buscarmos sensibilizar o governo federal em um processo de renegociação da dívida mineira e, nesse sentido, parabenizo V. Exa.

O Deputado Bonifácio Mourão - Muito obrigado por seu habitual bom-senso, Deputado André Quintão.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, Deputado Mourão. Tenho lembrança dessa dívida, assim como a Assembleia a tem. Quando o Governador Azeredo assumiu, Minas Gerais já possuía essa dívida. O grande problema era sabermos qual sua procedência. A dívida era com credores internacionais, eram dívidas perdidas. Assim, o governo federal fez acordo com Minas Gerais e com todos os outros Estados. Essa situação não era apenas de Minas Gerais. A situação de Goiás era muito pior: era de falência total.



O nosso companheiro Marconi Perillo sofre atualmente por causa dessa dívida. Naquele momento, foi contratado um indexador, que atendia Minas Gerais. Era um indexador ligado a “commodities”, com o preço das “commodities”, do petróleo, muito baixo, e também com o do dólar. Àquela altura, por conta do Plano Real, era praticamente US\$1,00 por R\$1,00.

O Deputado José Henrique, que votou, lembra-se disso. Fizemos um arranjo naquele momento que interessava. A dívida era do governo Azeredo? Não. Quando o Governador Azeredo assumiu, a dívida já existia. Eram dívidas internacionais, eram dívidas da liquidação dos bancos. Dívidas de banco, creio eu, que vale a pena levantarmos em algum momento, para sabermos qual foi o partido que as contraiu e que deixou Minas Gerais na situação atual.

O que interessa para Minas Gerais, para Goiás e para outros Estados? Interessa mudar o indexador. Tivemos, no ano passado, 5% de inflação. O indexador da dívida elevou o percentual para 13%, além dos 7,5% de juros. O que o governo do Estado de Minas Gerais quer? O que o governo de Goiás quer? Querem mudar esse indexador. Pode ser inflação, por exemplo. Aí será interessante.

Já concluo, senhor Presidente, só para trazer essa lembrança, que é importante. Essa é a luta de Goiás e de Minas Gerais para que o governo federal aceite isso. O governo federal, que, quando assumiu, transferia 28% de R\$1.000.000.000,00 para os Estados e para os Municípios, e agora transfere apenas 19,4%.

Não é possível que não tenhamos possibilidade de fazer uma negociação e de ter outro indexador em relação a essa dívida. Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento, que traz a verdade histórica a este Plenário.

O Deputado Bonifácio Mourão - Nós é que agradecemos a V. Exa. os seus oportunos esclarecimentos, Deputado João Leite.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Bonifácio Mourão, saúdo V. Exa. dizendo que muitos dos pares chegam depois de iniciado o debate e não pegam o início da fala de V. Exa., com a contundência e a clareza com que V. Exa. encerra suas falas. Por que digo isso? Ontem, nesta Casa, de forma leviana, foi posto em dúvida o choque de gestão do governo Aécio-Anastasia. E V. Exa., de forma clara, contundente, cristalina, e com os números em mãos, mostra aos incrédulos que o pior dos cegos é aquele que não quer enxergar as verdades colocadas à sua frente. Mostra a clareza do que é realmente o choque de gestão.

Para embasar ainda mais a fala de V. Exa., cito que até mesmo São Paulo, um dos Estados mais ricos da União, em 2027 poderá estar falido, em decorrência da dívida com a União.

Para terminar, Sr. Presidente, quero saudar V. Exa. pela forma responsável com que traz as informações, as notícias, os esclarecimentos, primando pela verdade. Assim tem feito também o nosso Senador Aécio Neves no Senado Federal. Oportunamente quero apresentar aqui esses feitos, para conhecimento de todo o povo mineiro. Parabéns pela fala, Deputado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Nós é que agradecemos, Deputado Duarte Bechir. Deputado Duarte Bechir, outros Deputados que nos apartearam e nobres Deputados de modo geral, na verdade precisamos reestabelecer o diálogo neste nível na Assembleia.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Só para fazer um registro. A fala do Deputado Duarte Bechir mostra como é perigoso o governo do PSDB. São Paulo é governado há 20 anos pelo PSDB e já anuncia que o Estado está falido pela obra dos tucanos.

O Deputado Bonifácio Mourão - A conclusão é tão precipitada que não merece comentário da minha parte.

Para encerrar as minhas palavras, gostaria apenas de dizer a todos os Deputados, como bem assinalou aqui o Deputado Gustavo Valadares, que, se o governo federal não pode dar importância a Minas Gerais, se isola Minas Gerais no mapa, como demonstrado aqui novamente - o que já foi objeto de uma ação nossa perante o Ministério Público -, se não promove uma repartição tributária mais justa neste país, isto é, se não muda o pacto federativo, para que haja uma distribuição mais justa dos recursos para Estados e União, pelo menos que escute o apelo de todos os Estados brasileiros que compõem o Confaz e diminua pelo menos a 10% esses 13% que se descontam. Como disse muito bem ontem o Deputado Antônio Júlio, eles representam mais de R\$400.000.000,00 de pagamento por mês. Isso seria o bastante para dar aumento aos servidores e fazer inúmeras obras, principalmente sociais, para Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, pessoas que estão nas nossas galerias. Traz-nos a esta tribuna hoje um assunto da maior importância para o Brasil, para Minas, sobretudo para o Triângulo Mineiro. Há alguns dias concedemos uma entrevista coletiva aqui, junto com o Bloco Transparência e Resultado, sobre um escândalo nacional. Está aqui a Deputada Liza Prado, que estava conosco e conhece muito bem o problema sobre o qual falaremos aqui: o descaso do governo federal com a BR-153, principalmente no trecho que cruza o Triângulo Mineiro. Como eu disse aqui, Deputada Liza Prado, Deputados Elismar Prado, Bosco, Luiz Humberto Carneiro, Romel, enfim, pessoas que transitam pelo Triângulo e que certamente utilizam a BR-153, temos uma situação ali, meu caro Deputado Luiz Henrique, que é um descaso e demonstra, claramente, a retaliação do governo federal com Minas Gerais, sobretudo com o Triângulo Mineiro. A BR-153 está duplicada da divisa de Minas com Goiás para Brasília. Foi feita a concessão da divisa de Minas com São Paulo até o Estado do Paraná. Ficou exatamente o trecho do Triângulo Mineiro sem a duplicação ou sem maiores investimentos expressivos que dessem àquela rodovia melhores condições de uso. Meu caro Deputado Mourão, há um detalhe importante. Passam pela BR-153 10 mil veículos por dia. Desses, 80% são caminhões de carga. O que nos trouxe à tribuna no dia em que demos a entrevista coletiva foi um relatório do Ministério da Justiça que coloca o trecho da rodovia que corta o Município de Prata, no Triângulo Mineiro, na confluência com Uberlândia, como o trecho mais violento, com mais alto índice de acidentes do Brasil, com uma curiosidade: tem o dobro de ocorrências do segundo colocado. Então, se o governo federal trabalha com prioridades, se deve atacar aqueles pontos com maior problema, com um maior número de acidentes, essa parte do Triângulo Mineiro, como eu disse aqui, que corta os Municípios de Frutal, de Comendador Gomes, de Prata, de Monte Alegre de Minas, de Campo Florido, de Fronteira, deveria ser contemplada. Se esse trecho é o que tem o maior número de acidentes e ocorrências do País, deveria ser o primeiro a ter os cuidados do governo federal, do DNIT e do Ministério dos Transportes. Para nós que estamos ali, o que vemos é o descaso do governo federal com Minas Gerais, é a retaliação do governo federal com o Triângulo Mineiro e com o nosso Estado.



Quero referir-me a um pequeno detalhe e o faço como registro. Embora tenhamos falado aqui na entrevista coletiva, o relatório do Ministério da Justiça teve pouca repercussão aqui na Capital, na região central de Minas Gerais, demonstrando que já é uma reclamação do Triângulo Mineiro. Não falo relativamente ao governo estadual, aliás os Governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia têm dado ao Triângulo Mineiro o que nunca tivemos, atenção, investimentos e recursos. Observamos, até pelo fato de o Triângulo estar distante da Capital e por ser considerada uma região rica, que esse assunto, que para mim é um escândalo nacional, foi recebido aqui na Capital como algo a mais. Falamos aqui diariamente da BR-381, do Anel Rodoviário, do metrô, mas nenhuma voz se levanta, quer da imprensa, quer da mídia, quer dos formadores de opinião da Capital, em defesa dessa rodovia. Não há uma palavra em defesa da BR-153. Conclamo sobretudo os parlamentares do PT, do PCdoB a nos ajudar, ajudar Minas, o Triângulo Mineiro a cobrar do governo federal providências para que a BR-153 esteja no plano de investimentos da União.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Zé Maia, cumprimento-o pelo pronunciamento e quero dizer que conheço perfeitamente a BR-153 e o sofrimento de todas as pessoas que transitam nessa rodovia, principalmente, como V. Exa. disse, pessoas de cidades como Pirajuba, Campo Florido, Uberlândia, Comendador Gomes, enfim, de toda a nossa região. Vemos o sofrimento, a violência contra aquelas pessoas. Ser considerado o trecho mais violento do País é muito grave. É o descaso com nossas rodovias, o abandono do Triângulo Mineiro em relação às rodovias federais. Veja como o traçado dessa rodovia é perigosíssimo. Veja bem o traçado que o DNIT fez para a rodovia que passa por Araguari, que constantemente causa acidentes. Entramos com uma representação, questionando a BR-381 e agora a BR-153. Muitas pessoas ficaram sem os seus pais ou membros de sua família devido à violência nas nossas rodovias.

Creio que é preciso fazer bem mais do que fizemos. Precisamos cobrar e, até mesmo, acompanhar a nossa representação, feita juntamente com os Deputados João Leite e Bonifácio Mourão e V. Exa. A BR-381 e o local onde a ponte caiu são grandes preocupações. Vemos caminhões bitrêns passando dentro de Mariana, de Sabará, onde existem casarios antigos, como os de Ouro Preto. É um absurdo que nossas rodovias continuem assim. Devemos fazer uma grande caravana também no Congresso e no Senado, para fazer pressão. A nossa bancada mineira deve defender a estadualização das estradas federais, porque o Estado está mais próximo e teria condições de rediscutir, no pacto federativo, mais recursos para essa região. Quem sofre com toda essa dificuldade são os Deputados, os Prefeitos e o povo. Gostaria de solidarizar-me e dizer, Deputado Zé Maia, que a nossa bancada, do Triângulo Mineiro, está solidária com o senhor, principalmente na representação que fizemos ao Ministério Público Federal. Podíamos agendar uma reunião para cobrar o andamento dessa representação assinada pelos dois blocos. Realmente, espero que isso aconteça, pois o nosso povo não pode ficar morrendo quando passa pelo trecho de rodovia que corta o Município do Prata, conhecida como a rodovia mais violenta do Brasil. Percebemos o descaso com a nossa região. Não podemos permanecer dessa forma, Deputado Zé Maia. Vamos também falar com a Presidenta, na qual votei, a quem apoiei e acredito que é uma Presidenta que realmente mereceu meu voto e empenho. Tenho certeza de que tenho também que ir atrás disso, para cobrar o que o povo de Minas e do Triângulo Mineiro necessita.

O Deputado Zé Maia* - Agradeço à Deputada Liza Prado, que enriquece o nosso pronunciamento com informações preciosas sobre o estado de conservação da BR-153, sobretudo no trecho do Triângulo Mineiro.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Zé Maia, queria fazer aparte a V. Exa. e um complemento muito importante a sua fala. Quando do feito recente da ponte que caiu sobre o Rio das Velhas, na BR-381 ao Norte, estivemos presentes no local, ao lado dos Deputados João Leite, Gustavo Valadares e Bonifácio Mourão, como forma não de protesto, mas de luta veemente pela estadualização das rodovias federais no Estado de Minas Gerais. Quantos mil quilômetros de rodovias federais cortam o nosso Estado? Essas rodovias estão sendo bem cuidadas? Essas rodovias estão sendo policiadas? São questionamentos que faço. Quem nos assiste em casa ou neste Parlamento dará comigo, no mesmo tom, a mesma resposta. Não temos policiamento nas BRs, nem rodovias devidamente pavimentadas para o fluxo do progresso que representa Minas Gerais na nação brasileira. Quem somos? O que é Minas Gerais? Qual importância o Estado tem para o resto da Nação? Com que o povo mineiro contribui para a edificação deste país? O que vale Minas Gerais para o governo federal? Deputado Zé Maia, ficamos entristecidos de não termos hoje, em Brasília, o respaldo. E a dívida que o Brasil tem com Minas Gerais? Se voltarmos no tempo, à época de Juscelino Kubitschek, lembraremos os seus feitos em rodovias, ou se buscarmos tudo aquilo que Minas Gerais deu ao Brasil, constataremos que certamente merecíamos melhor sorte do governo federal. V. Exa. expõe uma ferida, a BR que passa pelo Triângulo, que compreende a localidade onde V. Exa. trabalha politicamente com mais intensidade, mas conhece também os demais caminhos que levam Minas Gerais a São Paulo ou ao Sul. Somo-me à fala de V. Exa. nesta tarde. Sou, como sempre fui, companheiro, para que possamos corrigir os erros e mudar as coisas que estão no caminho errado. No caso da BR-256, do Triângulo Mineiro, solidarizo-me com V. Exa. Quero dizer ao povo dessa região que, apesar de não ter melhor sorte no governo federal, tem em V. Exa. um bravo defensor daquela gente. Digo isso com respeito. V. Exa. tem a credibilidade do governo de Minas para resolver as pendências inerentes a sua região. Parabéns pela fala. Desejo-lhe muita sorte porque, para esperar algo do governo federal, precisamos mesmo de muita sorte.

O Deputado Zé Maia* - Deputado Duarte Bechir, agradeço-lhe a intervenção e as suas palavras. V. Exa. tem sido sempre uma voz e uma luz brilhante nesta Casa na defesa dos mais altos interesses do povo de Minas Gerais. Gostaria de tratar apenas de mais dois temas, caro Deputado Paulo Guedes, sobre a questão da dívida de Minas com a União, que foi retratada pelo Deputado Bonifácio Mourão. Falaremos de todos eles. É importante destacar primeiro que Minas Gerais está pagando 18,5% ao ano de juros da dívida. Isso é impagável. O governo paga e a dívida aumenta, mas está honrando religiosamente o compromisso de Minas com a União. Sr. Presidente, aprovamos hoje na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária um requerimento para realizarmos uma audiência pública na Assembleia, a fim de tratar da questão da dívida de Minas com a União. Além disso, chamar para esta Casa o Ministério da Fazenda, a Secretaria de Fazenda e de Planejamento, os Senadores mineiros, para iniciarmos por Minas essa cruzada da renegociação da dívida dos Estados com a União. Não podemos ter uma madrastra como estamos tendo hoje. Não estou dizendo do atual governo, mas a União está acabando com os Estados. É preciso destacar. O governo federal não investe dinheiro em Minas e nos Estados. Na verdade, está investindo o dinheiro de Minas, ou seja, do povo mineiro, pois pagamos ao ano - aliás, pagaremos, em 2011, R\$4.000.000.000,00 só dos juros da dívida de Minas com a União. Portanto o dinheiro que o governo federal investe em Minas Gerais



é do povo deste Estado, dos tributos dos mineiros. Não há investimento do governo federal em Minas. A proposta do Senador Aécio Neves é que o governo pegue esses R\$4.000.000.000,00 e diga onde Minas deve investir, mas não leve o dinheiro para a União, a fim de trazer para aqui depois os investimentos, fazendo bonito com o chapéu alheio, construindo as obras daqui com o dinheiro do povo de Minas e querendo levar o crédito para o governo federal. Esse é um outro escândalo nacional.

Sr. Presidente, começaremos por esta Casa. Queremos realizar um grande debate e levá-lo para todos os Estados da Federação. Se o governo federal está fazendo os investimentos nos Estados, repito, é com o dinheiro do povo dos Estados. Finalizo, para falar sobre o déficit zero. O Prof. Mourão nos deu uma aula hoje. O equilíbrio das contas é zero em relação à receita e às despesas. Quem não entende assim ou é absolutamente ignorante nessa matéria ou está usando de má-fé, porque o déficit zero nada mais é do que o equilíbrio das contas: a receita igual às despesas. A dívida evidentemente não está nesse contexto.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Zé Maia, V. Exa. nos trouxe um tema importante, que é a questão das rodovias e das estradas. Tenho certeza de que um volume de investimentos está se aplicando no Brasil nos últimos oito anos. O governo do Presidente Lula pegou este país aos cacós. O governo FHC ficou praticamente oito anos sem investir nada nas rodovias federais. Graças a Deus hoje já podemos andar pelo Brasil, pois a maioria das rodovias federais está recuperada. Posso citar aqui as BRs-040 e 135, que vai daqui a Montes Claros e de Manga a Montalvânia - aliás, era um trecho de serra que está sendo asfaltado agora - e tantas e tantas outras obras. Então são mais de 7 bilhões só do DNIT investidos nas rodovias federais em Minas Gerais e obras do PAC. Muitas estão em andamento e outras em processo de licitação. Tenho certeza de que isso será feito pelo governo federal. V. Exa. falou sobre as dívidas. Somos realmente favoráveis à renegociação das dívidas do Estado. Aliás, V. Exas. dizem que a dívida de Minas hoje é impagável. Nessa época, esse acordo macabro foi feito pelo Governador Azeredo, do PSDB, com o Presidente Fernando Henrique, que também era desse partido e que, por sinal, perseguiu Minas durante oito anos, deixando este Estado a pão e água. Então quero lembrar que hoje o déficit zero, tão propagado por Aécio, tão falado por Anastasia e por todos vocês, caiu. E todos, e o próprio Senador Aécio Neves, admitem que Minas deve R\$60.000.000.000,00, que a dívida é impagável. E eu pergunto: cadê o déficit zero? Então, é mais uma máscara que cai da administração do ex-Governador Aécio Neves.

O Deputado Zé Maia* - Caro Deputado Paulo Guedes, permita-me discordar de V. Exa. Primeiro é preciso lembrar a BR-381, em que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso duplicou 600km em direção a São Paulo, e o ex-Presidente Lula não continuou a duplicação de nem um quilômetro dessa BR. Então, não é verdade. E é muito natural que o governo do Presidente Lula tenha investido mais do que o do Presidente Fernando Henrique. É sempre assim, num País em desenvolvimento o governo seguinte tem de investir mais que o anterior, porque o País está crescendo. O ex-Presidente Fernando Henrique estabilizou o País. A partir daí começou a reação dos investimentos, que não teve a mesma atenção que tivemos no governo do PT. Portanto, em relação ainda à questão da dívida, caro Deputado Paulo Guedes, desses R\$60.000.000.000,00, 90% é com o governo federal. E é preciso dizer que Minas está pagando religiosamente em dia, não deve nada ao governo federal daquilo que foi cumprido. Só que a dívida aumenta, e é isso que temos de renegociar. Se não tivéssemos feito a renegociação lá no governo do Presidente Fernando Henrique, Minas já estaria quebrada. O Presidente Fernando Henrique foi sensível, e já que o Presidente Lula não foi, esperamos que a Presidente Dilma tenha compaixão dos Estados brasileiros, do povo, de Minas e do Brasil, renegociando a dívida. Isso porque estamos pagando impostos aqui para pagar os juros da dívida de Minas com o governo federal. E nós temos a obrigação de mudar essa situação insustentável.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/5/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elismar Prado

exonerando Angela Maria Valentino do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Ronaldo Alves da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando José Alberto da Silva do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando José Alberto da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Elisângela Bernardes do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Cultura;



nomeando Angela Maria Valentino para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Cultura.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 33/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 8/6/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de mobiliário.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 1.808/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/5/2011, na pág. 51, col. 1, na “Justificação” onde se lê:

“ Esta Deputada”, leia-se:

“ Este Deputado”.